



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 10/2024

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL.

OBJETO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, na forma estabelecida neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 511.884,46 (Quinhentos e Onze Mil, Oitocentos e Oitenta e Quatro Reais e Quarenta e Seis Centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 02/12/2024 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024

Torna-se público que o Município de Prado Ferreira, sediada na Rua São Paulo, 191, Centro, na cidade de Prado Ferreira/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.136/0001-30, neste ato representada pela Prefeita Maria Edna de Andrade, inscrita sob o CPF nº 606.242.059-91, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, com PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICRO EMPRESA E/OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do Decreto nº 48.778, de 2023, e legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela abaixo, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse:

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAIXA DE SOM PARA COMPUTADOR <i>Especificações:</i> Alimentação: USB Conector de áudio: P2 3.5mm Tipo de som: Estéreo Controle de volume: sim Potência mínima: 3W RMS Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	49	R\$ 55,27	R\$ 2.708,23
2	COMPUTADOR – CPU <i>Especificações:</i> Placa mãe: onboard, compatível com o processador, com capacidade mínima de 2 slots de memória RAM DDR4; porta RJ45 100/1000 Mb/s, padrão Ethernet; Conexão para vídeo HDMI; Conexão para Vídeo VGA; Portas USB traseiras: 4, portas USB frontais: 2, contendo, no mínimo, 2 (duas) portas USB 3.0 ou superior, Chipset Z390, USB-C. Não serão aceitos hubs USB. Processador: x64 de no mínimo 6 núcleos (6 cores) e número mínimo de threads 6. Frequência mínima baseada em processador de 3.1GHz e cache de no mínimo 6MB (com dissipador e cooler adequados). Com gráficos integrados ao processador. Sobre marcas/modelos de referência, similar ou superior ao processador Intel I5 -9400 e AMD Ryzen 5 5600 G. Memória RAM: 8GB do tipo DDR4 ou superior, com frequência mínima de 2666 MHz. Armazenamento: uma unidade SSD 512GB ou superior Unidade DVD-RW: interno ao gabinete com leitura e escrita de 8x DVD e 60x CD. Fonte de Alimentação: bivolt automático, com capacidade para suportar a máxima configuração do item ofertado. Gabinete: padrão horizontal; possuir botão liga/desliga;	UNIDADE	41	R\$ 3.724,63	R\$ 152.709,97



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	possuir indicadores liga/desliga na parte frontal; possuir saída para áudio. Sistema Operacional: Windows 11 Pro, versão de 64 bits; em português do Brasil; possuir licença original; Sistema Operacional instalado na unidade de armazenamento SSD. Garantia Mínima: 60 meses				
3	FILTRO DE LINHA Especificações: Comprimento Cabo de Força: 1 metro Tensão Nominal: 100 ~ 240Vac (Bivolt Automático) Corrente Máxima: 10A Potência Máxima de Operação: 1270W (127V) e 2.200 (220 V) Frequência de rede elétrica: 50 ou 60Hz Conexão de Entrada: Plugue 2P + T (NBR 14136) 10A Quantidade de Tomadas: 5 tomadas 2P + t (NBR 14136) 10A Chave Liga/Desliga: Chave inteligente com indicador luminoso de funcionamento Tecnologias de Proteção: Varistor contra surtos de tensão; Chave inteligente tipo disjuntor (circuit breaker); Proteção contra curto-circuito e sobrecarga Máxima absorção de Energia: 125Joules Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	47	R\$ 48,51	R\$ 2.280,13
4	FONTE DE ALIMENTAÇÃO Especificações: Conectores: 1x Conector de 20+4 Pinos (com rede) 1x Conector Auxiliar ATX 12V (4+4) 2x Conectores PCIE (6+2) 4x Conectores SATA 2x Conectores Molex (IDE) Tensão de Entrada: seleção automática entre 115V/230V Tensão de Saída: Saída + 3.3V: 8ª Saída + 5V: 9ª Saída + 12V: 34.5ª Saída - 12V: 0.5ª Saída - 5VSB: 2A Potência Total: 400W bronzeou superior PFC (Correção de Fator de Potência): Ativo Certificação de Eficiência: 80 Plus Bronze Incluso: Cabo de Força Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	4	R\$ 334,83	R\$ 1.339,33
5	IMPRESSORA LASER – GRANDE PORTE Especificações: Velocidade de Impressão (A4): 42/40 ppm (pagina por minutos). Resolução de impressão (Preto): 1.200 x 1.200 dpi (pontos de polegadas). Tecnologia de impressão: Laser Eletrofotográfico. Processador: Mínimo 800MHz Principais Funções: Impressão, digitalização, cópia. Número de Cartuchos de impressão: 1 preto e 1 colorido Capacidade de Papel na Bandeja: Mínimo de 250 folhas. Capacidade de Papel na Bandeja Multiuso: Mínimo de 50 folhas Imprima e copie até 31 páginas por minuto (A4) Impressão Duplex (frente e verso): Sim automático. Impressão: Direta via USB ou Cartão SD	UNIDADE	6	R\$ 7.088,30	R\$ 42.529,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	<p>Tipo de Digitalização/Tecnologia: Base plana com sensor de imagem por contato.</p> <p>Resolução da Digitalização: Hardware: 19200 x 19200 dpi / Óptica: Até 1200 x 1200 dpi.</p> <p>Ampliação e Redução: 400% - 25%</p> <p>Formatos dos Arquivos Digitalizados: PDF, JPG, TIFF, PNG, BMP, TXT, DOCX, XML, PPTX, XPS.</p> <p>Modos de Entrada para Digitalização: Cópia no painel frontal.</p> <p>Resolução de Cópia (Preto): 1200 x 600 dpi.</p> <p>Cópias: Múltiplas</p> <p>Tamanho do Papel: A4 210 x 297 mm, A5 148 x 210 mm, A6 105 x 148 mm, B5 182 x 257 mm, Carta 215 x 279 mm, Envelope, Executivo 184 x 266 mm, Ofício 216 x 356 mm</p> <p>Tamanho da Digitalização Base Plana: Carta.</p> <p>Dimensionamento da Copiadora: 25 até 400%.</p> <p>Conectividade: Ethernet, Hi-Speed USB 2.0, Wi-Fi</p> <p>Capacidade de Impressão Móvel: Aplicativos móveis; Impressão via Wi-Fi Direct.</p> <p>Memória: Mínimo de 256 MB.</p> <p>Ciclo de Trabalho: Mensalmente, A4: Até 50.000 páginas no mínimo</p> <p>Painel de Controle: Tela Touchscreen colorido; Tamanho Mínimo: 3,7 polegadas.</p> <p>Sistemas Operacionais Compatíveis: Windows: 7, 8, 10, 11 (32/64 bits), Mac OS, Linux.</p> <p>Alimentação: Tensão de entrada de 110 volts: 110 a 127 VCA, 50/60 Hz;</p> <p>Garantia Mínima: 60 meses</p>				
6	<p>IMPRESSORA A LASER – PEQUENO PORTE</p> <p>Especificações:</p> <p>Tipo de Impressora: Monocromática</p> <p>Alimentador Automático de Documentos: Mínimo 35 páginas</p> <p>Capacidade da Bandeja: Mínimo de 250 folhas</p> <p>Conectividade: Rede sem fio e Ethernet, permitindo impressões a partir de dispositivos móveis</p> <p>Resolução de Impressões: Mínimo 2400 x 600 dpi</p> <p>Conexão: USB 2.0.</p> <p>Funções: Impressão frente e verso automático</p> <p>Resolução de Cópia: Mínimo de 600 x 600 dpi ou superior</p> <p>Velocidade máxima de impressão em preto: 30ppm</p> <p>Ciclo de Trabalho Mensal: Mínimo de 10.000 páginas.</p> <p>Funções de Ampliação e Redução: Mínimo de 25% máximo de 400%</p> <p>Tamanho do vidro de Exposição: A4 ou superior</p> <p>Scanner Integrado: Com mesa plana e alimentador automático de documentos (ADF)</p> <p>Formatos de Arquivos suportados: TIFF, BMP, JPG, PDF, PNG, XPS ou mais</p> <p>Resolução de digitalização interpolada: 19200 x 19200 dpi ou superior</p> <p>Resolução de digitalização óptica: 600 x 2400 dpi ou superior</p> <p>Resolução óptica do scanner: Mínimo de 600 x 2400 dpi ou superior</p> <p>Ferramenta para envio do Arquivo Digitalizados: Email, Imagem, OCR, Arquivo</p> <p>Visor LCD: 2 linhas ou superior</p> <p>Voltagem: 110 volts</p> <p>Sistemas Operacionais compatíveis: Windows 10/11, MAC</p> <p>Garantia Mínima: 12 meses</p>	UNIDADE	19	R\$ 3.886,33	R\$ 73.840,33
7	<p>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA</p> <p>Especificações</p> <p>Modelo: Multifuncional Colorida com Tanque de Tinta.</p> <p>Tecnologia de Impressão: Jato de tinta 4 cores (CMYK)</p> <p>Portas: USB de Alta Velocidade 2.0 e Cartão de</p>	UNIDADE	5	R\$ 4.143,10	R\$ 20.715,52



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	<p>memória (SD/SDHC/SDXC, MiniSD, MicroSDHC, MicroSDXC).</p> <p>Tipo de Display: LCD colorido.</p> <p>Recurso sem Conexão: Wireless 802.11 b/g/n6, Wi-Fi Direct.</p> <p>Configurações de Redução/Ampliação de Cópias: 25 a 400%</p> <p>Velocidade de Impressão: Preto 33 ppm e em cores 15 ppm</p> <p>Tipo de Impressão: Frente e Verso automático</p> <p>Tipo de Fonte de Alimentação: Bivots (110v, 220v).</p> <p>Serviço de Impressão Móvel: Impressão Wireless Direct; aplicativos móveis (IOS, Android), Remote Print Driver. Outros: Apple Air Print, Google Cloud Print.</p> <p>Resolução de Impressão: Até 5760 x 1440 dpi de resolução otimizada em vários tipos de papel.</p> <p>Ciclo de Trabalho Mensal: 1 garrafa com tinta Preta: Rende até 7.500 páginas 1 / 3 garrafas coloridas (Ciano, Magenta, Amarela): Rendem até 6.000 páginas.</p> <p>Resolução de Digitalização (Hardware): 1200 x 2400 dpi.</p> <p>Tamanho Mínimo de Gotícula de Tinta: 3pico litros.</p> <p>Copiadora: Colorido, Preto/Branco, rascunho/padrão.</p> <p>Garantia Mínima: 12 meses</p>				
8	<p>MONITOR</p> <p>Especificações:</p> <p>Tipo de Monitor: LED</p> <p>Cor: Preto</p> <p>Widescreen: Full HD</p> <p>Alimentação: Bivolt automático</p> <p>Tamanho da tela: 24 polegadas ou superior</p> <p>Curvatura da tela: Plano</p> <p>Tamanho da tela ativa (HxV): 527.04 x 296.46 mm ou superior</p> <p>Proporção de Tela: 16:9 ou superior</p> <p>Tipo de Painel: IPS</p> <p>Brilho:</p> <p> Típico: 250 cd/ Mínimo: 200 cd/</p> <p>Contraste Estático: 1,000:1(típico.)</p> <p>HDR (High Dynamic Range): HDR10</p> <p>Resolução: 1,920 x 1,080 pixels ou superior</p> <p>Tempo de Resposta: 14ms ou superior</p> <p>Ângulo de Visão (Horizontal / Vertical): 178°(H)/178°(V)</p> <p>Suporte de Cores: até 16.7 milhões de cores</p> <p>Taxa de atualização máxima: 144 Hz</p> <p>Característica gerais:</p> <p> Eye Saver Mode: Sim</p> <p> Flicker Free: Sim</p> <p> HDMI-CEC: Sim</p> <p> Auto Source Switch+: Sim</p> <p> Adaptive Picture: Sim</p> <p> Widescreen: Sim</p> <p>Acessórios inclusos: Devem acompanhar o equipamento todos os cabos e conectores necessários para seu perfeito funcionamento.</p> <p>Garantia Mínima: 12 meses</p>	UNIDADE	71	R\$ 999,67	R\$ 70.976,33
9	<p>MOUSECOM FIO</p> <p>Especificações:</p> <p>Conexão: USB;</p> <p>Tipo: Óptico;</p> <p>Comprimento do cabo: 180 cm ou superior</p> <p>Especificações técnicas</p> <p>Tecnologia do sensor: Rastreamento óptico</p> <p>DPI (mín. /máx.): 1.000±</p> <p>Botões: Número de botões: 3 (clique esquerdo/direito, clique no botão do meio)</p> <p>Rolagem: Rolagem linha a linha, Roda de rolagem óptica.</p>	UNIDADE	46	R\$ 39,23	R\$ 1.804,73



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	Cor: Preto Garantia Mínima: 12 meses				
10	NOTEBOOK Especificações: Processador: marcas/modelos de referência: similar ou superior ao Intel Core I5 de 12 geração , com núcleos de eficiência de 3,30 GHz e núcleos de desempenho de 4,40 GHz ou superior. Possuir 10 núcleos, sendo 2 de Performance-cores e 8 Efficient-cores, total de 12 threads. Cache 12 MB Intel® Smart Cache. Potência básica do processador 15 W e energia turbo máxima 55 W. Sistema Operacional: Windows 11 Pro Single Language 64 Português Memória: 8GB ou superior, com capacidade mínima de 2 slots de memória RAM DDR4-3200MHz Armazenamento: SSD de 512GB PCIe NVMe M.2 ou superior. Tela: 15,6" FULL HD (1366 x 768), TN, antirreflexo, sem toque, 45% NTSC, 220 nits, 60 Hz ou superior Alimentação: 65W Dispositivo Apontador: Touchpad Teclado: Pro padrão ABNT com teclado numérico - Português (BR) Conectividade: Wi-Fi, Wi-Fi 5, 802.11 2x2 AC & Bluetooth® 5.1 ou superior Chipset: Integrado com o processador Cor: Grafite, preto ou cinza Webcam: Webcam widescreen FHD (1080p) integrada com dois microfones digitais Áudio: Alto-falantes estéreo duplos e fones de ouvido Garantia mínima: 60 meses.	UNIDADE	11	R\$ 5.263,00	R\$ 57.893,00
11	PROJETOR Especificações: Data Show: 3800 Lumens FULL HD 1080P HDMI VGA Sistema Projetor: Lâmpadas LED, Painel de LCD de 5,8 polegadas Resolução: Negativa 1920*1080 Suporta 1080P ou superior Relação de Contraste 2000:1 Cor: Cor Cheia (16,7 milhões) Proporção da Tela: 16:9 E 4:3 Lâmpadas de Energia: LED 180W, 20.000 horas de vida ou superior Giro Imagem: 360 graus Tamanho da Imagem: 50 polegadas até 180 polegadas Tipo de Lente: Foco Manual Interface de Entrada: USB-C / 2 HDMI / 2 USB / AV / VGH / YPBPR Incluir Acessórios: Suporte e acessórios de instalação. Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	4	R\$ 3.504,62	R\$ 14.018,49
12	PROJETOR LASER - AMBIENTE INTERNO AMPLO Especificações: Tecnologia: Tipo de Projeção: Fósforo a laser de 3ª geração Vida útil da fonte de Luz: até 30.000 horas Performance: Brilho: 5.000 Lumens ANSI ou superior Resolução: 1080p (FullHD) ou superior Capacidade de Projeção:	UNIDADE	1	R\$ 21.133,24	R\$ 21.133,24



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	<p>Tamanho da Tela: 300 (Polegadas) diagonal ou superior</p> <p>Design: Compacto</p> <p>Flexibilidade de instalação:</p> <p>Zoom Óptico: 1,3x</p> <p>Keystone: Correção Horizontal e Vertical (HV)</p> <p>Projeção: Capacidade de projeção em 360° e modo retrato</p> <p>Sistema de Projeção:</p> <p>Tipo: 0.65" 1080p ou superior</p> <p>Resolução nativa: 1920x1080 (Full HD) ou superior</p> <p>Brilho: 5000 ANSI Lumens ou superior</p> <p>Brilho (Lumens centrais): 5500</p> <p>Relação de contraste: 3000000:1</p> <p>Cor da tela: 1,07 bilhão de cores</p> <p>Fonte de Luz:</p> <p>Tipo: Laser Fósforo</p> <p>Vida útil (modo normal): 20.000 horas ou superior</p> <p>Vida útil (modo SuperEco): 30000 horas ou superior</p> <p>Óptica:</p> <p>Lente: F = 2,43-2,78, f = 16,90-21,61 milímetros</p> <p>Deslocamento de projeção: 132%+/-10%</p> <p>Relação de lançamento: 1,13-1,47</p> <p>Zoom óptico: 1,3X</p> <p>Zoom digital: 0,8x-2,0x</p> <p>Capacidade da Projeção:</p> <p>Tamanho da imagem: 30 "-300 " ou superior</p> <p>Distância de lançamento: 0,75-9,76m (100 "@ 2,50m)</p> <p>Correção Keystone:</p> <p>Horizontal: +/-30°</p> <p>Vertical: +/-30°</p> <p>Áudio:</p> <p>Alto falante: no mínimo 15W</p> <p>Entrada e Saída:</p> <p>Entrada HDMI: 2 (HDMI 1.4 / HDCP 1.4)</p> <p>Saída de áudio (3,5 mm): 1</p> <p>USB Tipo A (alimentação): 1 (5V/1,5A)</p> <p>Controle RS232 (DB 9-pin macho): 1</p> <p>USB Tipo A (Serviços): 1(compartilhado com saída USB A)</p> <p>Atraso de entrada: 49.5ms</p> <p>Compatibilidade:</p> <p>Resolução Suporte: VGA (640 x 480) para WUXGA RB (1920 x 1200) *RB-Reduced Blanking</p> <p>Compatibilidade HDTV: 480i, 480p, 576i, 576p, 720p, 1080i, 1080p</p> <p>Frequência horizontal: 15K-102KHz</p> <p>Taxa de varredura vertical: 24-120Hz</p> <p>Energia:</p> <p>Tensão de alimentação: Adaptador de alimentação:(Entrada: 100 ~ 240V e Saída: 19.5VDC / 11.79ª)</p> <p>Idioma: Português</p> <p>Acessórios Padrão:</p> <p>Cabo de alimentação: 1</p> <p>Controle remoto: 1</p> <p>Guia Rápido de Início (QSG): Sim</p> <p>Incluir Acessórios:</p> <p>Suporte e acessórios para instalação para montagem em parede ou teto.</p> <p>Garantia Mínima: 60 meses</p>				
13	ROTEADOR	UNIDADE	7	R\$ 829,88	R\$ 5.809,16



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	<p>Especificações: Roteador Wireless kit com 3 unidades de roteador.</p> <p>Sistema Mesh WiFi: Cobertura: Sistema Mesh que proporciona cobertura WiFi em todo o ambiente, eliminando pontos mortos. Área de Cobertura: Os três dispositivos devem cobrir, no mínimo, uma área de 500m².</p> <p>Desempenho Wireless: Banda 2.4 GHz: Mínimo de 400 Mbps. Banda 5 GHz: Mínimo de 867Mbps. Resumo MU-MIMO: Permite que os roteadores enviem e recebam dados de vários dispositivos simultaneamente, melhorando a eficiência da rede. Seleção de Rota Automática: Otimiza o caminho dos dados pela rede. AP Direção: Melhora a gestão e performance do ponto de acesso. Direção de Banda Larga: Distribui os dispositivos automaticamente entre as bandas 2.4 GHz e 5 GHz para melhor desempenho. Tecnologia Beamforming: Focaliza o sinal WiFi em dispositivos específicos, melhorando alcance e estabilidade.</p> <p>Hardware: Antenas: Cada dispositivo deve possuir no mínimo 4 antenas internas ou superiores. 2 portas Gigabit Ethernet ou superior e 1 porta USB Tipo-C Compatibilidade: Suporte ao protocolo IPv6. Tecnologia Bluetooth: Bluetooth 4.2 (ou superior) integrado ao dispositivo.</p> <p>Garantia: Mínima de 12 meses</p>				
14	<p>SCANNER</p> <p>Especificações Tecnologia: Color Charged-Coupled Device (CCD) Fonte de Luz: LED (Light Emitting Diode) Modo de Alimentação: ADF Resolução Ótica: 600 dpi Resolução de Saída: 72 ~ 1200 dpi Formato de Arquivo: BMP, PNG, GIF, JPEG, Single-Page PDF, Multi-Page PDF, Multi-TIFF, TIFF, RTF, TXT, OCR (for iScan only), XPS, DOC, XLS, PPT, DOCS, XLSX, PPTX, HTML Halftone Patterns: Dither and Error Diffusion Modo Tons de Cinza: 16-bit input 8-bit output Modo Colorido: 48-bit input 24-bit output Memória: 128MB SDRAM ou superior Dimensões (LxPxA) máximo: 316 x 680 x 239 mm Mínimo: 316 x 191 x 168 mm Interface: USB 2.0, (Compatível com USB 3.0) Fonte de Alimentação: Input: 100~240 VAC, 50/60 Hz Output: 24V, 2ª Consumo de Energia: Em operação : < 24 W Pronto para uso < 7.5 W Modo de espera < 2.5 W Desligado < 0.32 W Ruído Acústico em operação: Em operação < 55 dB Standby < 45 dB Ciclo Diário recomendado: até 6.000 folhas até 10.000 folhas Sistemas Operacionais: Windows Server, XP, Vista, Win 7, Win 8, Win 10 (32 & 64 bit), Win 8.X, Linux*, MAC* Software Incluso: TWAIN Driver, ISIS Driver, Button Manager, PaperPort, AVScan, WIA Driver Sensor Ultrassônico: Sim Documentos Longo: até 3 metros Digitalização de Cartões Rígidos: Cartão com relevo (espessura de até 1.25mm)</p>	UNIDADE	5	R\$ 5.484,58	R\$ 27.422,88



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	ADF Mínimo: 50 x 50mm ADF Máximo: 216 x 356 mm (Legal)(8.5 x 14 in.) Capacidade do ADF: 100 folhas (A4 : 80 g/m² or 16 lb.) Gramatura do Papel: 27g ~ 413 g/m² (7 to 110 lb) Velocidade (PB@200dpi, A4): Simplex : 60 ppm Duplex : 120 ipm Velocidade (PB@200dpi, A4): Simplex : 40 ppm Duplex : 80 ipm Velocidade (Colorido@200dpi, A4): <u>Simplex : 60 ppm</u> <u>Duplex : 120 ipm</u> Velocidade (Colorido@300dpi, A4): Simplex : 40 ppm Duplex : 80 ipm Garantia Mínima: 60 meses				
15	SSD Especificações: SSD 480gb ou superior com leitura mínima de 500mbs e gravação mínima de 450mbs Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	3	R\$ 358,10	R\$ 1.074,29
16	SSD Especificações: SSD M2 PCI-e Nvme; Forma: m.2, 2280; capacidade de 2TB, tipo de interface: NVMe PCIe Ger 3.0x4 ou superior, leitura 3.000 MB/s ou superior; Gravação: 2200 ou superior. Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	2	R\$ 1.839,20	R\$ 3.678,39
17	SUPORTE PARA NOTEBOOK Especificações: Suporte para notebook ergonômico ajustável, em alumínio, para telas 24 polegadas ou superior, nas conformidades com a NR 17, com base antiderrapante. Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	11	R\$ 71,30	R\$ 784,30
18	SWITCH 24 PORTAS GIGABIT Especificações: Características L2: Prevenção de Loop IGMP Snooping Link Aggregation Espelhamento de Porta Diagnósticos de Cabo Padrões e Protocolos: IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3x, IEEE 802.1q, IEEE 802.1p Interface: 24 Portas 10/100/1000Mbps RJ45 (Autonegociação/Auto MDI/MDIX) Mídia de Rede: 10BASE-T: UTP categoria 3, 4, 5 cabos (máximo 100m), EIA/TIA-568 100 STP (máximo 100m) 100BASE-TX: UTP categoria 5, 5e cabo (máximo 100m), EIA/TIA-568 100 STP (máximo 100m) 1000BASE-T: UTP categoria 5, 5e, 6 ou cabos anteriores (máximo 100m), EIA/TIA-568 100 STP (máximo 100m) Fonte de Alimentação: 100~240VAC, 50/60Hz Consumo de Energia: Máximo: 14.86W (220V/50Hz) Consumo máximo de energia: 15.56W (220V/50Hz) Dimensões (L X C X A): 11.6*7.1*1.7 pol. (294*180*44 mm) Montagem: Montável em Rack Dissipação de calor máxima: 50.06 BTU/h Desempenho:	UNIDADE	5	R\$ 1.265,70	R\$ 6.328,48



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	<p>Capacidade de Comutação: 48Gbps Taxa de Encaminhamento de Pacotes: 35.7Mpps Tabela de Endereços MAC: 8K Memória de Buffer de Pacote: 512KB Jumbo Frame: 9KB</p> <p>Características de Software:</p> <p>QoS: Suporta porta baseada em prioridade 802.1p, Suporta 4 filas de prioridades, Limite de Taxa, Storm Control VLAN Suporta até 128 VLANs simultaneamente (4K IDs de VLAN) MTU/Port/Tag VLAN Método de Transmissão: Store-and-Forward</p> <p>Garantia Mínima: 12 meses</p>				
19	<p>SWITCH 8 PORTAS</p> <p>Especificações: 10 /100/1000 Mbps Chipset RTL8370N</p> <p>Padrões Suportados:</p> <p>IEEE802.3 – 10BASE-T IEEE802.3u – 100BASE-TX IEEE802.3ab – 1000BASE-T IEEE802.3x – Flow Control IEEE802.1p – Priority Queueing (QoS) IEEE802.3az – Energy Efficient Ethernet</p> <p>Portas:</p> <p>8 portas RJ45 10/100/1000 Mbps com autonegociação Suporte auto MDI/MDI-X Detecção automática do padrão do cabo (normal/crossover)</p> <p>Cabeamento Suportado:</p> <p>10BASE-T – Cabo UTP categoria 3, 4 e 5 (máximo 100 m) EIA/TIA-568 100 STP 100BASE-TX – Cabo UTP categoria 5, 5e (máximo 100 m) EIA/TIA-568 100 STP 1000 BASE-T – UTP categoria do cabo 5e, 6 (máximo 100 m)</p> <p>LEDs indicadores:</p> <p>8 indicadores Link/Act 1 indicador Power</p> <p>Método de Transferência: armazena e envia (Store-and-Forward)</p> <p>Sem vlan</p> <p>Tabela de endereço: MAC 4K</p> <p>Taxa de encaminhamento:</p> <p>10 Mbps: 14880 PPS 100 Mbps: 148800 PPS 1000 Mbps: 1488000 PPS</p> <p>Backplane: 16 Gbps Buffer de Memória: 192 kB QoS (Qualidade de Serviço)</p> <p>Priorização IEEE802.1p Quatro filas de prioridade por porta Algoritmo de fila: WFQ</p> <p>Fonte de Alimentação:</p> <p>Entrada: 100-240 Vac / 50-60 Hz Saída: 12 Vdc / 1 A</p> <p>Certificações: Anatel</p> <p>Garantia Mínima: 12 meses</p>	UNIDADE	5	R\$ 233,83	R\$ 1.169,17
20	<p>TECLADO COM FIO</p>	UNIDADE	46	R\$ 79,76	R\$ 3.669,11



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

Especificações: Conexão: USB; Layout: Padrão ABNT2; Comprimento do cabo: 150 cm Design resistente a derramamentos: Testado em condições limitadas (máximo derramamento de líquido de 60 ml). Teclado numérico de 10 teclas Luz indicadora da tecla Caps Lock Luz indicadora da tecla Num Lock Durabilidade: Até 10 milhões de toques de tecla (exclui a tecla de bloqueio numérico) Tipo de tecla: Perfil profundo Cor: Preto Garantia mínima: 12 meses				
--	--	--	--	--

1.3. O percentual mínimo de consumo estimado será de 50% (cinquenta por cento).

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sistema de compras do governo federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.1.2. O procedimento será divulgado no sítio eletrônico mencionado no item 2.1 e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados neste item 2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).

2.6. Será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº](#)

123, de 2006 e no Decreto n.º 42.063, de 2009, para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI.

2.7. A obtenção dos benefícios a que se referem os artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.3. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.4. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.7. agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;

2.8.8. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#);

- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.8.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.3 e 2.8.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.8.3 e 2.8.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.14. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 2.15. É vedada a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3. DAS DECLARAÇÕES E DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação será realizada após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema,

que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.3.5. cumpre as exigências de elaboração independente de proposta previstas no Decreto nº 43.150, de 24 de agosto de 2011;

3.3.6. Caso o objeto seja uma prestação de serviços, que cumpre a reserva de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei estadual nº 7.382, de 14 de junho de 2016.

3.3.7. que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar cujos efeitos ainda vigorem e sejam aplicáveis no âmbito do Estado do Paraná.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “ não ” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “ não ” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

- 3.5. A falsidade das declarações de que tratam os itens 3.3 e 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e das declarações pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.8. Após a fase de envio de lances, serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas.
- 3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, conforme disposto no item 5.9, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração

ou de sua desconexão.

- 3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor do item;

4.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Paraná deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

4.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado, por igual período, salvo se houver justificativa para prazo diverso aceita pela Administração.

4.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo deste Edital referente ao orçamento estimado (art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021);

4.11.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.11.

4.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para

abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$0,10.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 5.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, e caso o sistema eletrônico de contratações utilizado possua essa funcionalidade, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.10.4.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

- 5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.11.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.11.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio

eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 42.063, de 2009.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações

previstos na Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, de ofício ou a

partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

- 5.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DAFASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- e) Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União; e
- f) módulo Registro de Ocorrências do SIGA.

- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

- 6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.7 e 3.5 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos [artigos 32 a 38 do Decreto nº 48.778, de 30 de outubro de 2023](#).
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento por todos os participantes.
- 6.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, conforme art. 37 do [Decreto nº 48.778, de 30 de outubro de 2023](#).
- 6.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

6.10.3. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não esteja contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo Termo de Referência, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.12.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.12.3. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando a assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de

recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

- 6.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DAFASE DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação que trata o Anexo referente aos requisitos de habilitação deste Edital apenas ao licitante vencedor.

- 7.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será verificada pelo pregoeiro por meio do registro cadastral no SICAF, quanto aos documentos por este abrangidos.

7.2.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.2.2. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, exceto se o pregoeiro, em consulta aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.2.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de inabilitação.

7.2.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

- 7.3. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento

das propostas.

- 7.4. O pregoeiro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

7.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

- 7.5. Na hipótese de o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

- 7.6. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

- 7.7. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após declarada sua habilitação.

- 7.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.8.1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.8.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

- 7.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4º do Decreto nº 42.063/2009.

- 7.10. No caso de contratações para entrega imediata, considerada aquela com prazo de entrega



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento, cujo valor estimado da contratação não supere o limite do disposto na alínea "c" do inciso IV do Art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, nas contratações com valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento de que trata a alínea "c" do inciso IV do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, somente será exigida:

- a) das pessoas jurídicas, a comprovação relativa à habilitação jurídica, regularidade fiscal estadual, à Seguridade Social e ao FGTS e a regularidade perante a Justiça do Trabalho; e
 - b) das pessoas físicas, a comprovação da regularidade fiscal com a Fazenda Estadual.
- 7.11. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.11.1. O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

7.11.2. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 7.12. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.12.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e forem exigidos neste Edital requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8. DOS RECURSOS

- 8.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 15 minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

8.1.1. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico de contratações ou, em sua indisponibilidade, para o e-mail funcional: compras-pmpf@hotmail.com, mediante confirmação de recebimento, contados:

- a) a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a partir da ata de julgamento, nas licitações com inversão de fases.

8.1.2. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

8.1.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.2. Caberá ao pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis, receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade superior quando mantiver sua decisão, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.3. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.5. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo licitante ou contratado, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

9.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

9.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

9.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.5.4 deixar de apresentar amostra;

9.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

9.1.5.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.6 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

9.1.7 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

9.1.8 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

9.1.9 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.9.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.9.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.9.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.9.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

9.1.10 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

9.1.11 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 O licitante ou contratado que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1 Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 9.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.2.2 Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

9.1.1 a 9.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 9.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 9.1.2 a 9.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 9.1.8 a 9.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato;

9.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do contrato, a base de cálculo da multa do item 9.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

9.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

9.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 9.13.

9.2.2.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.3 Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 9.1.2 a 9.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

9.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o contratado, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não

atendido, nos termos do art. 227 da Lei estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

9.3.1 Em caso de atraso injustificado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, a multa de mora será de 0,07% (sete centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato por dia útil que exceder o prazo estipulado até o máximo de 2% (dois por cento).

9.3.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias no cumprimento da obrigação prevista no item 9.3.1 autoriza a Administração a promover a rescisão contratual por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

9.3.3 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Contrato.

9.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 10 % do valor do Contrato.

9.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

9.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156, § 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

9.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

9.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes, observadas aquelas previstas nos arts. 71 e 72 da Lei nº 5.427, de 1º de abril de 2009;

9.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista no item 9.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva:

b.1) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública direta, do Secretário de Estado; ou

b.2) em se tratando de contratação realizada pela Administração Pública Indireta (fundação e autarquia), da autoridade máxima da entidade.

9.7 A aplicação de quaisquer das penalidades administrativas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou contratado, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e, subsidiariamente, na Lei nº 5.427/2009.

9.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do licitante ou contratado, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

9.7.2 A defesa prévia do licitante ou contratado será exercida no prazo de:

a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 9.2.1 e 9.2.2, contado da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 9.2.3 e 9.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

9.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

9.8 A aplicação das sanções previstas no edital e no contrato não exclui, em hipótese alguma:

a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 9.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

9.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

9.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato

lesivo à Administração Pública nacional, nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.10.2O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10.2.1Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no PAR, na forma do art. 33, § 1º, do Decreto nº 46.366, de 19 de julho de 2018.

9.11Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no edital e/ou no contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações do Estado.

9.11.1O licitante ou contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

9.12O contratante deverá remeter para o Órgão Central de Logística (SUBLOG) o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

9.12.1A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

9.13Caso não seja efetuado o pagamento da multa aplicada ou o valor seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado e da garantia prestada, deverá ser emitida nota de débito no valor total ou do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

9.13.1A nota de débito deverá ser encaminhada à Procuradoria Geral do Estado para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e do art. 1º da Lei nº 1.012, de 15 de julho de 1986.

9.13.2O procedimento para inscrição do débito em dívida ativa deverá observar o que dispõem os arts. 4º e 5º da Lei nº 5.351, de 15 de dezembro de 2008, sendo que, em caso de dúvida, a Procuradoria da Dívida Ativa deverá ser consultada.

10. DAIMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail funcional compras-pmpf@hotmail.com, mediante confirmação de recebimento.
- 10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela autoridade competente conforme art. 33 do Decreto nº 48.650, de 2023, nos autos do processo de licitação.

- 10.5. Modificado substancialmente o edital como resultado da resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DASUBCONTRATAÇÃO E DAGARANTIA

- 11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

12. PAGAMENTO

- 12.1. O CONTRATANTE deverá pagar o preço ao CONTRATADO conforme cronograma de pagamento em anexo, na conta corrente de titularidade do CONTRATADO a ser indicada, junto à instituição financeira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

12.2. A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no artigo 140, II, alínea “ b” , da Lei nº 14.133/2021 e arts. 20 e 22, XXIII, do Decreto nº 48817/2023.

12.3.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o CONTRATANTE deverá comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

12.3. O CONTRATADO deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento à Prefeitura Municipal de Prado Ferreira, situada na Rua São Paulo, 191, Centro, na cidade de Prado Ferreira, no Estado do Paraná ou para o endereço eletrônico nfe@pradoferreira.pr.gov.br.

12.4. Uma vez recebidos os documentos mencionados no item 12.4, o órgão competente deverá realizar consulta ao SICAF para verificar:

- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
- b) se o CONTRATADO foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação; e
- c) eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.5.1 Constatando-se a situação de irregularidade do CONTRATADO, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

12.5.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do CONTRATADO, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.5.3 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao CONTRATADO a ampla defesa.

12.5.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o CONTRATADO não regularize sua situação, ressalvado o disposto no art. 121, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021, no art. 29 do Decreto nº 48.817, de 2023, e no Termo de Referência.

12.5. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

12.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

12.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.7.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.7.2 O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

12.7. Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao **CONTRATADO**, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-

E, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*.

12.8. O **CONTRATADO** deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

12.9. Caso o **CONTRATADO** não esteja aplicando o regime de cotas na forma da Lei estadual nº 7.258, de 12 de abril de 2016, deste edital e do contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do Contrato.

12.10. Caso o Edital admita a subcontratação, os pagamentos aos subcontratados serão realizados diretamente pelo **CONTRATADO**, ficando vedada a emissão de empenho do **CONTRATANTE** diretamente aos subcontratados, ressalvada, nos casos de prestação de serviços, a hipótese dos arts. 48 e 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

12.11.1 A subcontratação porventura realizada será integralmente custeada pelo **CONTRATADO**.

13. PRAZO CONTRATUAL

13.1. O prazo de vigência do Contrato é de 12 meses, contado da data da publicação do extrato do contrato.

13.2. Nos casos de serviços e fornecimentos contínuos, o prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as condições previstas no Contrato, e mediante a celebração de termo aditivo.

13.3. Nos contratos por escopo, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento e no Contrato.

14. REPACTUAÇÃO E REAJUSTE

14.1. Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do CONTRATADO.

14.2. O interregno mínimo de 1 (um) para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

14.4. Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

14.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5.1 Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

14.8.1 Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;

b) a partir da data do requerimento do CONTRATADO, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade

do reajustamento, já adotado no edital e no contrato.

- 14.9. Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do CONTRATADO, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do CONTRATADO, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 14.10. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.
- 14.11. O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.
- 14.12. O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “ d” , da Lei n.º 14.133/2021.

15. EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

- 15.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Edital, na forma do Decreto nº 48.817, de 2023.

16. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 16.1. Após a homologação, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.
- 16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 16.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para assumir o compromisso nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

- 16.4. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário; ou adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 16.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta apresentada, quando existente, em favor do órgão ou entidade licitante.
- 16.6. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso 16.4.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do

licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

- 17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://www.pradoferreira.pr.gov.br/>.
- 17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 17.11.1. ANEXO I - Documentação exigida para Habilitação
- 17.11.2. ANEXO II – Termo de Referência
- 17.11.3. ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar
- 17.11.4. ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços
- 17.11.5. ANEXO V – Modelo de apresentação da proposta
- 17.11.6. ANEXO VI - Modelo de declaração unificada

Prado Ferreira, 08 de novembro de 2024.

Maria Edna de Andrade
Prefeita Municipal

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

1.4 Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.

1.5 Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se

localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DRE/ME n.º 77, de 18 de março de 2020 ou norma posterior que regule a matéria.

1.6 Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

1.8 Quando cabível, os documentos apresentados devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

2.1 Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme

o caso.

2.2 Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

2.3 Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

2.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

2.6.1 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123/2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, eis que a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre tais requisitos.

2.7 Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Paraná e Municipal, mediante a apresentação de:

2.7.1 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda;

2.7.2 Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Prefeitura do município do fornecedor;

2.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

2.9 Na hipótese de cuidar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2016, a documentação somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, caso se sagre vencedora no certame.

2.9.1 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, na forma do art. 42, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2016.

2.9.2O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

2.9.3A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, na forma do § 2º, do art. 42, da Lei Complementar nº 123/2016, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Aviso.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.

4. HABILITAÇÃO TÉCNICA

4.1 Comprovação de aptidão para a prestação de serviços, de acordo com as características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 28/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Equipamentos de Informática, para atender todas as Secretarias da Administração Pública do Município de Prado Ferreira como: caixa de som, computador – CPU, filtro de linha, fonte de alimentação, impressora laser grande porte, impressora laser pequeno porte, impressora colorida, monitor, mouse, notebook, projetor, projetor laser, roteador, scanner, SSD, suporte para notebook, switch e teclado, conforme detalhado na tabela abaixo, de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAIXA DE SOM PARA COMPUTADOR Especificações: Alimentação: USB Conector de áudio: P2 3.5mm Tipo de som: Estéreo Controle de volume: sim Potência mínima: 3W RMS Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	49	R\$ 55,27	R\$ 2.708,23
2	COMPUTADOR – CPU Especificações: Placa mãe: onboard, compatível com o processador, com capacidade mínima de 2 slots de memória RAM DDR4; porta RJ45 100/1000 Mb/s, padrão Ethernet; Conexão para vídeo HDMI; Conexão para Vídeo VGA; Portas USB traseiras: 4, portas USB frontais: 2, contendo, no mínimo, 2 (duas) portas USB 3.0 ou superior, Chipset Z390, USB-C. Não serão aceitos hubs USB. Processador: x64 de no mínimo 6 núcleos (6 cores) e número mínimo de threads 6. Frequência mínima baseada em processador de 3.1GHz e cache de no mínimo 6MB (com dissipador e cooler adequados). Com gráficos integrados ao processador. Sobre marcas/modelos de referência, similar ou superior ao processador Intel i5 -9400 e AMD Ryzen 5 5600 G. Memória RAM: 8GB do tipo DDR4 ou superior, com frequência mínima de 2666 MHz. Armazenamento: uma unidade <u>SSD 512GB</u> ou superior Unidade DVD-RW: interno ao gabinete com leitura e escrita de 8x DVD e 60x CD. Fonte de Alimentação: bivolt automático, com capacidade para suportar a máxima configuração do item ofertado. Gabinete: padrão horizontal; possuir botão liga/desliga; possuir indicadores liga/desliga na parte frontal; possuir saída para áudio. Sistema Operacional: Windows 11 Pro, versão de 64 bits; em português do Brasil; possuir licença original;	UNIDADE	41	R\$ 3.724,63	R\$ 152.709,97



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	Sistema Operacional instalado na unidade de armazenamento SSD. Garantia Mínima: 60 meses				
3	FILTRO DE LINHA Especificações: Comprimento Cabo de Força: 1 metro Tensão Nominal: 100 ~ 240Vac (Bivolt Automático) Corrente Máxima: 10A Potência Máxima de Operação: 1270W (127V) e 2.200 (220 V) Frequência de rede elétrica: 50 ou 60Hz Conexão de Entrada: Plugue 2P + T (NBR 14136) 10A Quantidade de Tomadas: 5 tomadas 2P + t (NBR 14136) 10A Chave Liga/Desliga: Chave inteligente com indicador luminoso de funcionamento Tecnologias de Proteção: Varistor contra surtos de tensão; Chave inteligente tipo disjuntor (circuit breaker); Proteção contra curto-circuito e sobrecarga Máxima absorção de Energia: 125Joules Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	47	R\$ 48,51	R\$ 2.280,13
4	FONTE DE ALIMENTAÇÃO Especificações: Conectores: 1x Conector de 20+4 Pinos (com rede) 1x Conector Auxiliar ATX 12V (4+4) 2x Conectores PCIE (6+2) 4x Conectores SATA 2x Conectores Molex (IDE) Tensão de Entrada: seleção automática entre 115V/230V Tensão de Saída: Saída + 3.3V: 8ª Saída + 5V: 9ª Saída + 12V: 34.5ª Saída - 12V: 0.5ª Saída - 5VSB: 2A Potência Total: 400W bronzeou superior PFC (Correção de Fator de Potência): Ativo Certificação de Eficiência: 80 Plus Bronze Incluso: Cabo de Força Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	4	R\$ 334,83	R\$ 1.339,33
5	IMPRESSORA LASER – GRANDE PORTE Especificações: Velocidade de Impressão (A4): 42/40 ppm (pagina por minutos). Resolução de impressão (Preto): 1.200 x 1.200 dpi (pontos de polegadas). Tecnologia de impressão: Laser Eletrofotográfico. Processador: Mínimo 800MHz Principais Funções: Impressão, digitalização, cópia. Número de Cartuchos de impressão: 1 preto e 1 colorido Capacidade de Papel na Bandeja: Mínimo de 250 folhas. Capacidade de Papel na Bandeja Multiuso: Mínimo de 50 folhas Imprima e copie até 31 páginas por minuto (A4) Impressão Duplex (frente e verso): Sim automático. Impressão: Direta via USB ou Cartão SD Tipo de Digitalização/Tecnologia: Base plana com sensor de imagem por contato. Resolução da Digitalização: Hardware: 19200 x 19200 dpi / Óptica: Até 1200 x 1200 dpi.	UNIDADE	6	R\$ 7.088,30	R\$ 42.529,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	<p>Ampliação e Redução: 400% - 25%</p> <p>Formatos dos Arquivos Digitalizados: PDF, JPG, TIFF, PNG, BMP, TXT, DOCX, XML, PPTX, XPS.</p> <p>Modos de Entrada para Digitalização: Cópia no painel frontal.</p> <p>Resolução de Cópia (Preto): 1200 x 600 dpi.</p> <p>Cópias: Múltiplas</p> <p>Tamanho do Papel: A4 210 x 297 mm, A5 148 x 210 mm, A6 105 x 148 mm, B5 182 x 257 mm, Carta 215 x 279 mm, Envelope, Executivo 184 x 266 mm, Ofício 216 x 356 mm</p> <p>Tamanho da Digitalização Base Plana: Carta.</p> <p>Dimensionamento da Copiadora: 25 até 400%.</p> <p>Conectividade: Ethernet, Hi-Speed USB 2.0, Wi-Fi</p> <p>Capacidade de Impressão Móvel: Aplicativos móveis; Impressão via Wi-Fi Direct.</p> <p>Memória: Mínimo de 256 MB.</p> <p>Ciclo de Trabalho: Mensalmente, A4: Até 50.000 páginas no mínimo</p> <p>Painel de Controle: Tela Touchscreen colorido; Tamanho Mínimo: 3,7 polegadas.</p> <p>Sistemas Operacionais Compatíveis: Windows: 7, 8, 10, 11 (32/64 bits), Mac OS, Linux.</p> <p>Alimentação: Tensão de entrada de 110 volts: 110 a 127 VCA, 50/60 Hz;</p> <p>Garantia Mínima: 60 meses</p>				
6	<p>IMPRESSORA A LASER – PEQUENO PORTE</p> <p>Especificações:</p> <p>Tipo de Impressora: Monocromática</p> <p>Alimentador Automático de Documentos: Mínimo 35 páginas</p> <p>Capacidade da Bandeja: Mínimo de 250 folhas</p> <p>Conectividade: Rede sem fio e Ethernet, permitindo impressões a partir de dispositivos móveis</p> <p>Resolução de Impressões: Mínimo 2400 x 600 dpi</p> <p>Conexão: USB 2.0.</p> <p>Funções: Impressão frente e verso automático</p> <p>Resolução de Cópia: Mínimo de 600 x 600 dpi ou superior</p> <p>Velocidade máxima de impressão em preto: 30ppm</p> <p>Ciclo de Trabalho Mensal: Mínimo de 10.000 páginas.</p> <p>Funções de Ampliação e Redução: Mínimo de 25% máximo de 400%</p> <p>Tamanho do vidro de Exposição: A4 ou superior</p> <p>Scanner Integrado: Com mesa plana e alimentador automático de documentos (ADF)</p> <p>Formatos de Arquivos suportados: TIFF, BMP, JPG, PDF, PNG, XPS ou mais</p> <p>Resolução de digitalização interpolada: 19200 x 19200 dpi ou superior</p> <p>Resolução de digitalização óptica: 600 x 2400 dpi ou superior</p> <p>Resolução óptica do scanner: Mínimo de 600 x 2400 dpi ou superior</p> <p>Ferramenta para envio do Arquivo Digitalizados: Email, Imagem, OCR, Arquivo</p> <p>Visor LCD: 2 linhas ou superior</p> <p>Voltagem: 110 volts</p> <p>Sistemas Operacionais compatíveis: Windows 10/11, MAC</p> <p>Garantia Mínima: 12 meses</p>	UNIDADE	19	R\$ 3.886,33	R\$ 73.840,33
7	<p>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA</p> <p>Especificações</p> <p>Modelo: Multifuncional Colorida com Tanque de Tinta.</p> <p>Tecnologia de Impressão: Jato de tinta 4 cores (CMYK)</p> <p>Portas: USB de Alta Velocidade 2.0 e Cartão de memória (SD/SDHC/SDXC, MiniSD, MicroSDHC, MicroSDXC).</p> <p>Tipo de Display: LCD colorido.</p> <p>Recurso sem Conexão: Wireless 802.11 b/g/n6, Wi-Fi</p>	UNIDADE	5	R\$ 4.143,10	R\$ 20.715,52



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	<p>Direct.</p> <p>Configurações de Redução/Ampliação de Cópias: 25 a 400%</p> <p>Velocidade de Impressão: Preto 33 ppm e em cores 15 ppm</p> <p>Tipo de Impressão: Frente e Verso automático</p> <p>Tipo de Fonte de Alimentação: Bivots (110v, 220v).</p> <p>Serviço de Impressão Móvel: Impressão Wireless Direct; aplicativos móveis (IOS, Android), Remote Print Driver. Outros: Apple Air Print, Google Cloud Print.</p> <p>Resolução de Impressão: Até 5760 x 1440 dpi de resolução otimizada em vários tipos de papel.</p> <p>Ciclo de Trabalho Mensal: 1 garrafa com tinta Preta: Rende até 7.500 páginas 1 / 3 garrafas coloridas (Ciano, Magenta, Amarela): Rendem até 6.000 páginas.</p> <p>Resolução de Digitalização (Hardware): 1200 x 2400 dpi.</p> <p>Tamanho Mínimo de Gotícula de Tinta: 3pico litros.</p> <p>Copiadora: Colorido, Preto/Branco, rascunho/padrão.</p> <p>Garantia Mínima: 12 meses</p>				
8	<p><u>MONITOR</u></p> <p>Especificações:</p> <p>Tipo de Monitor: LED</p> <p>Cor: Preto</p> <p>Widescreen: Full HD</p> <p>Alimentação: Bivolt automático</p> <p>Tamanho da tela: 24 polegadas ou superior</p> <p>Curvatura da tela: Plano</p> <p>Tamanho da tela ativa (HxV): 527.04 x 296.46 mm ou superior</p> <p>Proporção de Tela: 16:9 ou superior</p> <p>Tipo de Painel: IPS</p> <p>Brilho:</p> <p> Típico: 250 cd/ Mínimo: 200 cd/</p> <p>Contraste Estático: 1,000:1(típico.)</p> <p>HDR (High Dynamic Range): HDR10</p> <p>Resolução: 1,920 x 1,080 pixels ou superior</p> <p>Tempo de Resposta: 14ms ou superior</p> <p>Ângulo de Visão (Horizontal / Vertical): 178°(H)/178°(V)</p> <p>Suporte de Cores: até 16.7 milhões de cores</p> <p>Taxa de atualização máxima: 144 Hz</p> <p>Característica gerais:</p> <p> Eye Saver Mode: Sim</p> <p> Flicker Free: Sim</p> <p> HDMI-CEC: Sim</p> <p> Auto Source Switch+: Sim</p> <p> Adaptive Picture: Sim</p> <p> Widescreen: Sim</p> <p>Acessórios inclusos: Devem acompanhar o equipamento todos os cabos e conectores necessários para seu perfeito funcionamento.</p> <p>Garantia Mínima: 12 meses</p>	UNIDADE	71	R\$ 999,67	R\$ 70.976,33
9	<p><u>MOUSECOM FIO</u></p> <p>Especificações:</p> <p>Conexão: USB;</p> <p>Tipo: Óptico;</p> <p>Comprimento do cabo: 180 cm ou superior</p> <p>Especificações técnicas</p> <p>Tecnologia do sensor: Rastreamento óptico</p> <p>DPI (mín. /máx.): 1.000±</p> <p>Botões: Número de botões: 3 (clique esquerdo/direito, clique no botão do meio)</p> <p>Rolagem: Rolagem linha a linha, Roda de rolagem óptica.</p> <p>Cor: Preto</p> <p>Garantia Mínima: 12 meses</p>	UNIDADE	46	R\$ 39,23	R\$ 1.804,73
10	<p><u>NOTEBOOK</u></p>	UNIDADE	11	R\$ 5.263,00	R\$ 57.893,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	<p>Especificações: Processador: marcas/modelos de referência: similar ou superior ao Intel Core i5 de 12ª geração, com núcleos de eficiência de 3,30 GHz e núcleos de desempenho de 4,40 GHz ou superior. Possuir 10 núcleos, sendo 2 de Performance-cores e 8 Efficient-cores, total de 12 threads. Cache 12 MB Intel® Smart Cache. Potência básica do processador 15 W e energia turbo máxima 55 W. Sistema Operacional: Windows 11 Pro Single Language 64 Português Memória: 8GB ou superior, com capacidade mínima de 2 slots de memória RAM DDR4-3200MHz Armazenamento: SSD de 512GB PCIe NVMe M.2 ou superior. Tela: 15,6" FULL HD (1366 x 768), TN, antirreflexo, sem toque, 45% NTSC, 220 nits, 60 Hz ou superior Alimentação: 65W Dispositivo Apontador: Touchpad Teclado: Pro padrão ABNT com teclado numérico - Português (BR) Conectividade: Wi-Fi, Wi-Fi 5, 802.11 2x2 AC & Bluetooth® 5.1 ou superior Chipset: Integrado com o processador Cor: Grafite, preto ou cinza Webcam: Webcam widescreen FHD (1080p) integrada com dois microfones digitais Áudio: Alto-falantes estéreo duplos e fones de ouvido Garantia mínima: 60 meses.</p>				
11	<p>PROJETOR Especificações: Data Show: 3800 Lumens FULL HD 1080P HDMI VGA Sistema Projetor: Lâmpadas LED, Pannel de LCD de 5,8 polegadas Resolução: Negativa 1920*1080 Suporta 1080P ou superior Relação de Contraste: 2000:1 Cor: Cor Cheia (16,7 milhões) Proporção da Tela: 16:9 E 4:3 Lâmpadas de Energia: LED 180W, 20.000 horas de vida ou superior Giro Imagem: 360 graus Tamanho da Imagem: 50 polegadas até 180 polegadas Tipo de Lente: Foco Manual Interface de Entrada: USB-C / 2 HDMI / 2 USB / AV / VGH / YPBPR Incluir Acessórios: Suporte e acessórios de instalação. Garantia Mínima: 12 meses</p>	UNIDADE	4	R\$ 3.504,62	R\$ 14.018,49
12	<p>PROJETOR LASER - AMBIENTE INTERNO AMPLO Especificações: Tecnologia: Tipo de Projeção: Fósforo a laser de 3ª geração Vida útil da fonte de Luz: até 30.000 horas Performance: Brilho: 5.000 Lumens ANSI ou superior Resolução: 1080p (FullHD) ou superior Capacidade de Projeção: Tamanho da Tela: 300 (Polegadas) diagonal ou superior Design: Compacto Flexibilidade de instalação:</p>	UNIDADE	1	R\$ 21.133,24	R\$ 21.133,24



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	<p>Zoom Óptico: 1,3x Keystone: Correção Horizontal e Vertical (H/V) Projeção: Capacidade de projeção em 360° e modo retrato</p> <p>Sistema de Projeção: Tipo: 0.65" 1080p ou superior Resolução nativa: 1920x1080 (Full HD) ou superior Brilho: 5000 ANSI Lumens ou superior Brilho (Lumens centrais): 5500 Relação de contraste: 3000000:1 Cor da tela: 1,07 bilhão de cores</p> <p>Fonte de Luz: Tipo: Laser Fósforo Vida útil (modo normal): 20.000 horas ou superior Vida útil (modo SuperEco): 30000 horas ou superior</p> <p>Óptica: Lente: F = 2,43-2,78, f = 16,90-21,61 milímetros Deslocamento de projeção: 132%+/-10% Relação de lançamento: 1,13-1,47 Zoom óptico: 1,3X Zoom digital: 0,8x-2,0x</p> <p>Capacidade da Projeção: Tamanho da imagem: 30 "-300 " ou superior Distância de lançamento: 0,75-9,76m (100 "@ 2,50m)</p> <p>Correção Keystone: Horizontal: +/-30° Vertical: +/-30°</p> <p>Áudio: Alto falante: no mínimo 15W</p> <p>Entrada e Saída: Entrada HDMI: 2 (HDMI 1.4 / HDCP 1.4) Saída de áudio (3,5 mm): 1 USB Tipo A (alimentação): 1 (5V/1,5A) Controle RS232 (DB 9-pin macho): 1 USB Tipo A (Serviços): 1(compartilhado com saída USB A) Atraso de entrada: 49.5ms</p> <p>Compatibilidade: Resolução Suporte: VGA (640 x 480) para WUXGA RB (1920 x 1200) *RB-Reduced Blanking Compatibilidade HDTV: 480i, 480p, 576i, 576p, 720p, 1080i, 1080p Frequência horizontal: 15K-102KHz Taxa de varredura vertical: 24-120Hz</p> <p>Energia: Tensão de alimentação: Adaptador de alimentação:(Entrada: 100 ~ 240V e Saída: 19.5VDC / 11.79°)</p> <p>Idioma: Português</p> <p>Acessórios Padrão: Cabo de alimentação: 1 Controle remoto: 1 Guia Rápido de Início (QSG): Sim</p> <p>Incluir Acessórios: Suporte e acessórios para instalação para montagem em parede ou teto.</p> <p>Garantia Mínima: 60 meses</p>				
13	<p>ROTEADOR</p> <p>Especificações: Roteador Wireless kit com 3 unidades de roteador. Sistema Mesh WiFi:</p>	UNIDADE	7	R\$ 829,88	R\$ 5.809,16



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	<p>Cobertura: Sistema Mesh que proporciona cobertura WiFi em todo o ambiente, eliminando pontos mortos.</p> <p>Área de Cobertura: Os três dispositivos devem cobrir, no mínimo, uma área de 500m².</p> <p>Desempenho Wireless:</p> <p>Banda 2.4 GHz: Mínimo de 400 Mbps.</p> <p>Banda 5 GHz: Mínimo de 867Mbps.</p> <p>Resumo MU-MIMO: Permite que os roteadores enviem e recebam dados de vários dispositivos simultaneamente, melhorando a eficiência da rede.</p> <p>Seleção de Rota Automática: Otimiza o caminho dos dados pela rede.</p> <p>AP Direção: Melhora a gestão e performance do ponto de acesso.</p> <p>Direção de Banda Larga: Distribui os dispositivos automaticamente entre as bandas 2.4 GHz e 5 GHz para melhor desempenho.</p> <p>Tecnologia Beamforming: Focaliza o sinal WiFi em dispositivos específicos, melhorando alcance e estabilidade.</p> <p>Hardware:</p> <p>Antenas: Cada dispositivo deve possuir no mínimo 4 antenas internas ou superiores. 2 portas Gigabit Ethernet ou superior e 1 porta USB Tipo-C</p> <p>Compatibilidade: Suporte ao protocolo IPv6.</p> <p>Tecnologia Bluetooth: Bluetooth 4.2 (ou superior) integrado ao dispositivo.</p> <p>Garantia: Mínima de 12 meses</p>				
14	<p>SCANNER</p> <p>Especificações</p> <p>Tecnologia: Color Charged-Coupled Device (CCD)</p> <p>Fonte de Luz: LED (Light Emitting Diode)</p> <p>Modo de Alimentação: ADF</p> <p>Resolução Ótica: 600 dpi</p> <p>Resolução de Saída: 72 ~ 1200 dpi</p> <p>Formato de Arquivo: BMP, PNG, GIF, JPEG, Single-Page PDF, Multi-Page PDF, Multi-TIFF, TIFF, RTF, TXT, OCR (for iScan only), XPS, DOC, XLS, PPT, DOCS, XLSX, PPTX, HTML</p> <p>Halftone Patterns: Dither and Error Diffusion</p> <p>Modo Tons de Cinza: 16-bit input 8-bit output</p> <p>Modo Colorido: 48-bit input 24-bit output</p> <p>Memória: 128MB SDRAM ou superior</p> <p>Dimensões (LxPxA) máximo: 316 x 680 x 239 mm</p> <p>Mínimo: 316 x 191 x 168 mm</p> <p>Interface: USB 2.0, (Compatível com USB 3.0)</p> <p>Fonte de Alimentação: Input: 100~240 VAC, 50/60 Hz Output: 24V, 2ª</p> <p>Consumo de Energia: Em operação : < 24 W Pronto para uso < 7.5 W Modo de espera < 2.5 W Desligado < 0.32 W</p> <p>Ruído Acústico em operação: Em operação < 55 dB Standby < 45 dB</p> <p>Ciclo Diário recomendado: até 6.000 folhas até 10.000 folhas</p> <p>Sistemas Operacionais: Windows Server, XP, Vista, Win 7, Win 8, Win 10 (32 & 64 bit), Win 8.X, Linux*, MAC*</p> <p>Software Incluso: TWAIN Driver, ISIS Driver, Button Manager, PaperPort, AVScan, WIA Driver</p> <p>Sensor Ultrassônico: Sim</p> <p>Documentos Longo: até 3 metros</p> <p>Digitalização de Cartões Rígidos: Cartão com relevo (espessura de até 1.25mm)</p> <p>ADF Mínimo: 50 x 50mm</p> <p>ADF Máximo: 216 x 356 mm (Legal)(8.5 x 14 in.)</p> <p>Capacidade do ADF: 100 folhas (A4 : 80 g/m² or 16 lb.)</p> <p>Gramatura do Papel: 27g ~ 413 g/m² (7 to 110 lb)</p>	UNIDADE	5	R\$ 5.484,58	R\$ 27.422,88



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	Velocidade (PB@200dpi, A4): Simplex : 60 ppm Duplex : 120 ipm Velocidade (PB@200dpi, A4): Simplex : 40 ppm Duplex : 80 ipm Velocidade (Colorido@200dpi, A4): <u>Simplex : 60 ppm</u> <u>Duplex : 120 ipm</u> Velocidade (Colorido@300dpi, A4): Simplex : 40 ppm Duplex : 80 ipm Garantia Mínima: 60 meses				
15	SSD Especificações: SSD 480gb ou superior com leitura mínima de 500mbs e gravação mínima de 450mbs Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	3	R\$ 358,10	R\$ 1.074,29
16	SSD Especificações: SSD M2 PCI-e Nvme; Forma: m.2, 2280; capacidade de 2TB, tipo de interface: NVMe PCIe Gen 3.0x4 ou superior, leitura 3.000 MB/s ou superior; Gravação: 2200 ou superior. Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	2	R\$ 1.839,20	R\$ 3.678,39
17	SUPORTE PARA NOTEBOOK Especificações: Suporte para notebook ergonômico ajustável, em alumínio, para telas 24 polegadas ou superior, nas conformidades coma NR 17, com base antiderrapante. Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	11	R\$ 71,30	R\$ 784,30
18	SWITCH 24 PORTAS GIGABIT Especificações: Características L2: Prevenção de Loop IGMP Snooping Link Aggregation Espelhamento de Porta Diagnósticos de Cabo Padrões e Protocolos: IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3x, IEEE 802.1q, IEEE 802.1p Interface: 24 Portas 10/100/1000Mbps RJ45 (Autonegociação/Auto MDI/MDIX) Mídia de Rede: 10BASE-T: UTP categoria 3, 4, 5 cabos (máximo 100m), EIA/TIA-568 100 STP (máximo 100m) 100BASE-TX: UTP categoria 5, 5e cabo (máximo 100m), EIA/TIA-568 100 STP (máximo 100m) 1000BASE-T: UTP categoria 5, 5e, 6 ou cabos anteriores (máximo 100m), EIA/TIA-568 100 STP (máximo 100m) Fonte de Alimentação: 100-240VAC, 50/60Hz Consumo de Energia: Máximo: 14.86W (220V/50Hz) Consumo máximo de energia: 15.56W (220V/50Hz) Dimensões (L X C X A): 11.6*7.1*1.7 pol. (294*180*44 mm) Montagem: Montável em Rack Dissipação de calor máxima: 50.06 BTU/h Desempenho: Capacidade de Comutação: 48Gbps Taxa de Encaminhamento de Pacotes: 35.7Mpps	UNIDADE	5	R\$ 1.265,70	R\$ 6.328,48



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	<p>Tabela de Endereços MAC: 8K Memória de Buffer de Pacote: 512KB Jumbo Frame: 9KB</p> <p>Características de Software:</p> <p>QoS: Suporta porta baseada em prioridade 802.1p, Suporta 4 filas de prioridades, Limite de Taxa, Storm Control</p> <p>VLAN Suporta até 128 VLANs simultaneamente (4K IDs de VLAN)</p> <p>MTU/Port/Tag VLAN</p> <p>Método de Transmissão: Store-and-Forward</p> <p>Garantia Mínima: 12 meses</p>				
19	<p><u>SWITCH 8 PORTAS</u></p> <p>Especificações: 10 /100/1000 Mbps Chipset RTL8370N</p> <p>Padrões Suportados:</p> <p>IEEE802.3 – 10BASE-T IEEE802.3u – 100BASE-TX IEEE802.3ab – 1000BASE-T IEEE802.3x – Flow Control IEEE802.1p – Priority Queueing (QoS) IEEE802.3az – Energy Efficient Ethernet</p> <p>Portas:</p> <p>8 portas RJ45 10/100/1000 Mbps com autonegociação Suporte auto MDI/MDI-X Detecção automática do padrão do cabo (normal/crossover)</p> <p>Cabeamento Suportado:</p> <p>10BASE-T – Cabo UTP categoria 3, 4 e 5 (máximo 100 m) EIA/TIA-568 100 STP 100BASE-TX – Cabo UTP categoria 5, 5e (máximo 100 m) EIA/TIA-568 100 STP 1000 BASE-T – UTP categoria do cabo 5e, 6 (máximo 100 m)</p> <p>LEDs indicadores:</p> <p>8 indicadores Link/Act 1 indicador Power</p> <p>Método de Transferência: armazena e envia (Store-and-Forward)</p> <p>Sem vlan</p> <p>Tabela de endereço: MAC 4K</p> <p>Taxa de encaminhamento:</p> <p>10 Mbps: 14880 PPS 100 Mbps: 148800 PPS 1000 Mbps: 1488000 PPS</p> <p>Backplane: 16 Gbps Buffer de Memória: 192 kB QoS (Qualidade de Serviço)</p> <p>Priorização IEEE802.1p Quatro filas de prioridade por porta Algoritmo de fila: WFQ</p> <p>Fonte de Alimentação:</p> <p>Entrada: 100-240 Vac / 50-60 Hz Saída: 12 Vdc / 1 A</p> <p>Certificações: Anatel Garantia Mínima: 12 meses</p>	UNIDADE	5	R\$ 233,83	R\$ 1.169,17
20	<p><u>TECLADO COM FIO</u></p> <p>Especificações: Conexão: USB; Layout: Padrão ABNT2; Comprimento do cabo: 150 cm</p>	UNIDADE	46	R\$ 79,76	R\$ 3.669,11

<p>Design resistente a derramamentos: Testado em condições limitadas (máximo derramamento de líquido de 60 ml).</p> <p>Teclado numérico de 10 teclas</p> <p>Luz indicadora da tecla Caps Lock</p> <p>Luz indicadora da tecla Num Lock</p> <p>Durabilidade: Até 10 milhões de toques de tecla (exclui a tecla de bloqueio numérico)</p> <p>Tipo de tecla: Perfil profundo</p> <p>Cor: Preto</p> <p>Garantia mínima: 12 meses</p>					
---	--	--	--	--	--

1.2. O objeto de aquisição desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Art. 18 do Decreto 05/2024

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do início da vigência do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Os produtos adquiridos neste certame (equipamentos de informática e seus acessórios) deverão ser entregues embalados em embalagens adequadas e reforçadas, devidamente identificadas.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 01613136000130-0-000002/2024

II) Data de publicação no PNCP: 14/02/2024

III) Id do item no PCA: 10 – Administração

01 – Tecnologia da Informação

22 - Assistência

10 - Educação

30 - Saúde

IV) Classe/Grupo: Material/Serviço

V) I Identificador da Futura Contratação: Todas as Secretaria da Administração Pública do Município de Prado Ferreira.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Equipamentos que atendam aos critérios de eficiência energética estabelecidos pelo guia, priorizando produtos com selos de certificação energética reconhecidos nacionalmente.

4.1.2. Equipamentos que tenham planos de gerenciamento de resíduos ao final de sua vida útil.

4.1.3. Equipamentos que sejam fabricados com materiais de baixo impacto ambiental e isentos de substâncias tóxicas.

4.1.4. Equipamentos que sejam duráveis e projetados para facilitar a manutenção e o reparo reduzindo assim a necessidade de substituição frequente e prolongando sua vida útil.

4.1.5. A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu produto ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Prefeitura, pelos eventuais prejuízos causados.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2. Não se aplica porque os produtos são uso comum, fácil acesso e existem várias marcas disponíveis no mercado que podem atender a descrição dos itens solicitados.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

a) Não há vedação relativas a marcas, desde que o fornecedor cumpra as exigências apresentadas neste termo de referência.

Da exigência de amostra

4.3. Não haverá exigência de amostra, porem o vencedor do certame se compromete em entregar os itens atendendo todas as especificações e exigências descritas neste certame.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, em remessa única da quantidade solicitada.

5.2. Os itens devem ser entregues no Município de Prado Ferreira nos locais indicados nas requisições de compras.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3.1. Para os itens: 2 Computador, 5 Impressora Laser (Grande Porte), 10 Notebook, 12 Projetor Laser e 14 Scanner, a CONTRATADA deverá fornecer garantia e assistência técnica nas dependências do CONTRATANTE, no local onde os equipamentos estiverem instalados, pelo período mínimo de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo CONTRATANTE.

5.3.2. Para os demais itens (1 Caixa de Som para computador, 3 Filtro de Linha, 4 Fonte de Alimentação, 6 Impressora Laser (pequeno porte), 7 Impressora Multifuncional Colorida, 8 Monitor, 9 Mouse com fio, 11 Projetor, 13 Roteador, 15 SSD, 16 SSD, 17 Suporte para Notebook, 18 Switch 24 portas, 19 Switch 8 portas e 20 Teclado com fio), o prazo de garantia deve ser de no mínimo 12 meses, conforme estabelecido pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor). Durante o período de garantia, o fornecedor deverá cobrir todos os custos de reparo, substituição de peças e, se necessário, substituição do equipamento sem ônus adicional para o contratante.

5.3.3. Para todos os itens, a CONTRATADA deverá:

5.3.4. Disponibilizar, após a entrega dos produtos, os contatos (endereço web e/ou e-mail e/ou telefone) para abertura de chamado de garantia e suporte técnico.

5.3.5. Durante todo o período da garantia e da assistência técnica a CONTRATADA deverá atender e solucionar todos os chamados técnicos no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), contadas da abertura do chamado técnico pelo CONTRATANTE.

5.3.6. Na hipótese de substituição, o contratado deverá fazê-la em conformidade com a indicação das Secretarias, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado, sendo que o ato do recebimento não importará na aceitação.

5.3.7. Os atendimentos aos chamados técnicos deverão ser realizados nos dias úteis no período das 8h às 17h.

5.3.8. Entende-se por início do atendimento a hora da chegada do técnico da CONTRATADA ao local onde se encontra o equipamento.

5.3.9. Entende-se por término do atendimento, a disponibilidade do equipamento para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado.

5.3.10. O término do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contadas a partir da abertura do chamado técnico pelo CONTRATANTE.

5.3.11. Caso o término do atendimento não possa ser realizado no prazo do subitem acima, o equipamento defeituoso, a critério do CONTRATANTE, poderá ser substituído temporariamente por outro com as mesmas características ou superior.

5.3.12. Os equipamentos que forem retirados temporariamente das dependências do CONTRATANTE para reparo, serão devolvidos em perfeito estado de funcionamento, ficando a remoção e o transporte sob inteira responsabilidade da CONTRATADA.

5.3.13. O prazo máximo para a substituição temporária será de 30 (trinta) dias. Neste prazo o equipamento retirado deverá ser devolvido em perfeito estado de funcionamento ou deverá ser substituído definitivamente por outro com as mesmas características ou superior, novo e de primeiro uso.

5.3.14. O atendimento aos chamados técnicos deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado pelos equipamentos e compreende ajustes, reparos, correções e substituições de peças quebradas, com defeito ou gastas

pelo uso normal dos equipamentos, por outras de configuração idêntica ou superior, originais e novas, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados.

5.3.15.No caso de ocorrência de pelo menos uma das situações a seguir para o mesmo equipamento, a CONTRATADA deverá substituir este equipamento definitivamente por outro com as mesmas características ou superior, novo e de primeiro uso.

- a) Equipamento defeituoso cujo reparo não se conclua no prazo máximo de 30 (trinta) dias, mesmo que tenha sido providenciada a substituição temporária.
- b) Ocorrência de 5 (cinco) ou mais defeitos que comprometam o uso normal do equipamento dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias consecutivos.
- c) Problemas recorrentes que não tenham uma solução definitiva em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da abertura do primeiro chamado.
- d) Se a soma dos tempos de paralisação do equipamento ultrapassar 120 (cento e vinte) horas dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias consecutivos.
- e) No caso de inviabilidade técnica ou econômica do reparo do equipamento.

5.3.16.Estará solucionado o chamado técnico quando o equipamento estiver disponível para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado.

5.3.17.O chamado técnico deverá conter uma identificação própria, para permitir o acompanhamento dos prazos e da solução. A CONTRATADA deverá confirmar ao CONTRATANTE, via correio eletrônico ou qualquer outro meio fornecido, o registro de recebimento da solicitação de abertura de chamado técnico em até 4 (quatro) horas do ato da abertura do chamado.

5.3.18.A CONTRATADA deverá emitir, após a conclusão de cada chamado técnico, relatório técnico com o número do chamado, a data e a hora da abertura do chamado, a hora do início e do término do atendimento do chamado, as informações relativas ao defeito, à correção aplicada e a eventuais substituições de peças.

5.3.19.A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico por telefone para orientações que se façam necessárias em relação ao funcionamento, dúvidas em geral e situações diversas que possam surgir durante a instalação ou durante a utilização diária dos equipamentos.

5.3.20.No caso de necessidade de substituição de discos rígidos, por motivos de propriedade, segurança e sigilo dos dados, o CONTRATANTE poderá solicitar a retenção definitiva da unidade de disco rígido retirada, sem que isso implique acréscimo aos preços contratados.

5.3.21.Em todo e qualquer caso, será obrigação da CONTRATADA durante o período de garantia, substituir os discos mecânicos e SSDs, tempestivamente, sem qualquer ônus, em caso de falhas, mesmo que a falha se deva ao uso do disco ter excedido a carga de trabalho nominal dos discos.

5.3.22.No caso de necessidade de retirada de equipamento das dependências do CONTRATANTE para manutenção, por motivos de propriedade, segurança e sigilo dos dados, o CONTRATANTE poderá solicitar que a CONTRATADA remova e entregue ao CONTRATANTE as unidades de disco rígido até a devolução do equipamento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. Fica nomeada como Fiscal deste Contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o Sr. Wilson Herber Filho, matrícula Nº 30001036, e-mail: educacaopf@yahoo.com.br, telefone contato (43) 3244-1503.

6.8.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#))

6.8.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.3. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.8.5. O fiscal do contrato deverá comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.9. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.11. Fica nomeada como Gestora deste Contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021, o Sr. Antônio Carlos Dias Salvador, matrícula Nº 30001051, e-mail: antonio.carlos42@yahoo.com.br, telefone contato (43) 3244-1143.

6.11.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.11.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.11.4.O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.12.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refira à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

Liquidação

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar;
- f) destaque do valor de retenções tributárias cabíveis (inclusive de IR, nos termos do Decreto Municipal n.º 40/2023).

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

7.18. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se dará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP,$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente. Antecipação de pagamento

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. Não será admitida a participação de empresas enquadradas nas modalidades de Consórcio e Cooperativas no presente procedimento, visto que o objeto da licitação se trata da aquisição de bens que não configuram alto grau de complexidade, sendo produtos de fácil acesso no mercado em geral. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, que permite à administração pública a discricionariedade para decidir sobre a conveniência de admitir a participação de tais modalidades em procedimentos licitatórios, optamos por restringir essa participação para assegurar a eficiência e a competitividade do processo, focando em fornecedores que melhor atendam às especificidades e à logística da aquisição dos bens em questão.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual* ou *Municipal* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual* e *Fazenda Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual* e *Fazenda Municipal* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.21. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$.

8.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.24. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

8.26.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante

8.26.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.26.1. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 511.884,89** (quinhentos e onze mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Departamento	Gestão/Unidade	Programa de Trabalho	Conta de Despesa	Fonte de Recurso	Elemento de Despesa
06- Departamento de Assistência Social	001 – Fundo Municipal de Assistência Social	08.243.0012.2064	1970	940	3.3.90.30.0000
06- Departamento de Assistência Social	001 – Fundo Municipal de Assistência Social	08.243.0012.2064	2020	940	4.4.90.52.0000
06- Departamento de Assistência Social	001 – Fundo Municipal de Assistência Social	08.243.0012.2071	2030	000	3.3.90.30.0000
06- Departamento de Assistência Social	001 – Fundo Municipal de Assistência Social	08.243.0012.2071	2040	934	3.3.90.30.0000
06- Departamento de Assistência Social	001 – Fundo Municipal de Assistência Social	08.243.0012.2071	2100	000	4.4.90.52.0000
06- Departamento de Assistência Social	001 – Fundo Municipal de Assistência Social	08.244.0012.2066	2220	000	3.3.90.30.0000
06- Departamento de Assistência Social	001 – Fundo Municipal de Assistência Social	08.244.0012.2066	2230	934	3.3.90.30.0000
06- Departamento de Assistência Social	001 – Fundo Municipal de Assistência Social	08.244.0012.2066	2291	000	4.4.90.52.0000
06- Departamento de Assistência Social	001 – Fundo Municipal de Assistência Social	08.244.0012.2066	2292	934	4.4.90.52.0000
06- Departamento de Assistência Social	001 – Fundo Municipal de Assistência Social	08.244.0012.2152	2630	000	4.4.90.52.0000
06- Departamento de Assistência Social	001 – Fundo Municipal de Assistência Social	08.244.0012.2152	2640	936	4.4.90.52.0000



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

06- Departamento de Assistência Social	001 – Fundo Municipal de Assistência Social	08.244.0012.2152	2650	940	4.4.90.52.0000
06- Departamento de Assistência Social	004 – Divisão de Assistência Social	08.243.0011.2060	2760	000	3.3.90.30.0000
06- Departamento de Assistência Social	004 – Divisão de Assistência Social	08.243.0011.2060	2790	000	4.4.90.52.0000
06- Departamento de Assistência Social	004 – Divisão de Assistência Social	08.243.0015.2073	2870	000	3.3.90.30.0000
06- Departamento de Assistência Social	004 – Divisão de Assistência Social	08.243.0015.2073	2910	000	4.4.90.52.0000
06- Departamento de Assistência Social	005 – Fundo Municipal do Idoso	08.241.0014.2063	2930	000	3.3.90.30.0000
06- Departamento de Assistência Social	005 – Fundo Municipal do Idoso	08.241.0014.2063	2960	000	4.4.90.52.0000
06- Departamento de Assistência Social	002 – Programa Profissão 4.0	08.243.0018.2065	2800	000	3.3.90.30.0000
06- Departamento de Assistência Social	002 – Programa Profissão 4.0	08.243.0018.2065	2830	000	4.4.90.52.0000
03- Departamento de Administração	002- Divisão de Serviços Gerais	04.122.0002.2009	340	000	4.4.90.52.0000
03- Departamento de Administração	002- Divisão de Serviços Gerais	04.122.0002.2009	350	501	4.4.90.52.0000
03- Departamento de Administração	002- Divisão de Serviços Gerais	04.122.0002.2009	250	000	3.3.90.30.0000
03- Departamento de Administração	002- Divisão de Serviços Gerais	04.122.0002.2009	270	511	3.3.90.30.0000
07 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	002 – Divisão de Educação Básica	12.361.0017.2084	1020	103	3.3.90.30.0000
07 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	002 – Divisão de Educação Básica	12.361.0017.2084	1021	104	3.3.90.39.0000
07 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	002 – Divisão de Educação Básica	12.361.0017.2084	1044	103	4.4.90.52.0000
07 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	002 – Divisão de Educação Básica	12.361.0017.2084	1045	104	4.4.90.52.0000
07 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	002 – Divisão de Educação Básica	12.365.0017.2085	946	103	3.3.90.30.0000
07 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	002 – Divisão de Educação Básica	12.365.0017.2085	943	103	3.3.90.39.0000
07 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	002 – Divisão de Educação Básica	12.365.0017.2085	944	104	3.3.90.39.0000
07 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	002 – Divisão de Educação Básica	12.365.0017.2085	941	107	3.3.90.39.0000
07 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo	002 – Divisão de Educação Básica	12.365.0017.2085	1112	000	4.4.90.52.0000
05- Departamento Municipal de Saúde	001 – Fundo Municipal de Saúde - BNASPS	10.301.0005.2047	0915	000	4.4.90.52.0000
05- Departamento Municipal de Saúde	001 – Fundo Municipal de Saúde - BNASPS	10.301.0005.2047	00900	00518	4.4.90.52.0000
05- Departamento Municipal de Saúde	001 – Fundo Municipal de Saúde - BNASPS	10.301.0005.2047	00862	000	3.3.90.30.0000
05- Departamento Municipal de Saúde	001 – Fundo Municipal de Saúde - BNASPS	10.301.0005.2047	00860	494	3.3.90.30.0000
05- Departamento Municipal de Saúde	001 – Fundo Municipal de Saúde - BNASPS	10.301.0005.2047	00861	1495	3.3.90.30.0000
05- Departamento Municipal de Saúde	001 – Fundo Municipal de Saúde - BNASPS	10.301.0005.2047	00901	1500	4.4.90.52.0000



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

05- Departamento Municipal de Saúde	Incentivo Temporário do Componente de Custeio do Piso da Atenção Básica	10.301.0005.21 66	03000	1494	3.3.90.30.00 00
05- Departamento Municipal de Saúde	Manutenção da Atenção Especializada	10.302.0005.20 51	01190	0000	3.3.90.30.00 00
05- Departamento Municipal de Saúde	Manutenção da Atenção Especializada	10.302.0005.20 51	01210	494	3.3.90.30.00 00
05- Departamento Municipal de Saúde	Manutenção da Atenção Especializada	10.302.0005.20 51	01211	496	3.3.90.30.00 00
05- Departamento Municipal de Saúde	Manutenção da Atenção Especializada	10.302.0005.20 51	01220	1496	3.3.90.30.00 00
05- Departamento Municipal de Saúde	002 - Fundo Municipal de Saúde - BERSPS	10.302.0005.10 50	01061	00518	4.4.90.52.00 00
05- Departamento Municipal de Saúde	002 - Fundo Municipal de Saúde - BERSPS	10.302.0005.10 50	01062	1500	4.4.90.52.00 00
05- Departamento Municipal de Saúde	Manutenção da Assistência Farmacêutica	10.303.0005.20 58	10000	000	3.3.90.30.00 00
05- Departamento Municipal de Saúde	Manutenção da Assistência Farmacêutica	10.303.0005.20 58	10002	1498	3.3.90.30.00 00
05- Departamento Municipal de Saúde	Custeio das Ações de Vigilância em Saúde	10.305.0005.20 55	01610	0000	3.3.90.30.00 00
05- Departamento Municipal de Saúde	Custeio das Ações de Vigilância em Saúde	10.305.0005.20 55	01611	494	3.3.90.30.00 00
05- Departamento Municipal de Saúde	Custeio das Ações de Vigilância em Saúde	10.305.0005.20 55	01612	1497	3.3.90.30.00 00

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Prado Ferreira, 01 de agosto de 2024.

RESPONSÁVEIS:

Miliane Faxina Higuchi
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Antônio Carlos Dias Salvador
Secretário de Administração e Finanças

Mariana Fernandes Lopes Pinheiro
Diretora do Departamento de Assistência Social



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

Wilson Herber Filho
Secretário de Educação

Marília Gabriela Salgado Alves
Secretário de Saúde

ANEXO III - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo técnico preliminar para Aquisição de Equipamentos de Informática, destinados a atender as necessidades de todas as Secretarias da Administração Pública do Município de Prado Ferreira,

A aquisição de Equipamentos de Informática é imprescindível para assegurar a qualidade, rapidez e eficiência no desenvolvimento das atividades dos gestores. O objetivo é adquirir os itens por meio de seleção de proposta mais vantajosa para a administração, levando em consideração os princípios da isonomia e de sustentabilidade.

Objeto: Equipamentos de Informática

Unidade Requisitante: Secretárias da Administração Pública

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A aquisição de equipamentos de informática, destinados a atender as necessidades de todas as Secretaria da Administração Pública do Município de Prado Ferreira, é importante para impulsionar a produtividade e a eficiência no desempenho das tarefas diárias das secretarias, reduzindo o tempo necessário para realizar atividades administrativas.

Atualmente, nossos equipamentos estão desatualizados, e em alguns casos, ou não os temos, o que tem dificultado o desenvolvimento do trabalho e o atendimento às demandas. Para garantir um bom desenvolvimento das atividades, é vital investir em produtos de boa qualidade e confiabilidade, capazes de atender às exigências operacionais de nossas secretarias.

Além disso, equipamentos de informática mais modernos e atualizados têm o potencial de melhorar consideravelmente a produtividade e a agilidade no desempenho de tarefas administrativas, otimizando o fluxo de trabalho e facilitando a comunicação interna e externa. A falta desses recursos adequados não apenas prejudica a qualidade dos serviços prestados, mas também pode afetar negativamente a satisfação dos cidadãos e a imagem da prefeitura.

Dessa forma, a aquisição de novos equipamentos de informática para as secretarias é fundamental para modernizar nossa infraestrutura, melhorar a prestação de serviços e garantir um atendimento eficaz às necessidades da comunidade.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A aquisição de Equipamentos de Informática, para todas as Secretarias da Administração Pública do Município de Prado Ferreira está prevista no Plano de Compras Anual – PCA atendendo à determinação do art. 12, inciso VII da Lei nº 14.133/2021.

A previsão pode ser encontrada no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, conforme identificação abaixo:

I) ID PCA no PNCP: 01613136000130-0-000002/2024

II) Data de publicação no PNCP: 14/02/2024

III) Id do item no PCA: 10 – Administração

01 – Tecnologia da Informação

22 – Assistência

10 – Educação

30 – Saúde

IV) Classe/Grupo: Material/Serviço

V) I Identificador da Futura Contratação: Todas as Secretaria da Administração Pública do Município de Prado Ferreira.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação se dará através do Sistema de Registro de Preços, ficando a Ata válida pelo período de 12 meses, com a possibilidade de ser prorrogada. Para que o objetivo desta licitação seja plenamente atingido, é necessário que as empresas participantes atendam aos requisitos mínimos exigidos para o cadastramento e participação no processo. Além disso, deve assegurar o cumprimento dos compromissos firmados na Ata de Registro de Preços durante toda a sua vigência.

Além disso, os licitantes devem atender os seguintes requisitos:

O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

A empresa fornecedora será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos entregues com defeito, danificados ou que não atendam às especificações contidas no edital e seus anexos.

Em casos de substituição, os produtos deverão ser trocados por outros de especificações técnicas iguais ou superiores, mediante aprovação da Contratante, sem custos adicionais.

Os produtos de informática serão adquiridos conforme as especificações e quantidades definidas no Termo de Referência, garantindo que todos os itens atendam às necessidades operacionais sem exceder ou falhar em qualquer requisito técnico.

Os materiais deverão ser entregues em suas embalagens originais, em perfeito estado de conservação e sem sinais de violação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

É imperativo que os produtos atendam às funcionalidades esperadas, conforme prescrito pelo Código de Defesa do Consumidor, especialmente em relação às práticas abusivas descritas no art. 39, inciso VIII.

Produtos que apresentem sinais de desgaste, que tenham sido utilizados em mostruários ou que apresentem qualquer outra condição que possa comprometer sua qualidade original serão recusados. A Administração reserva-se o direito de solicitar documentos comprobatórios de autenticidade e origem.

A contratada deverá entregar o material, quando da solicitação da Contratante, em remessa única da quantidade solicitada na requisição de compra, nos endereços especificados no instrumento convocatório, nos horários de funcionamento do local de entrega.

A contratada deverá fornecer diretamente o objeto da contratação, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza;

Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades de equipamentos de informática foi cuidadosamente elaborada com base nas demandas de diversos setores da organização. Para determinar essas quantidades, realizamos um levantamento detalhado das necessidades de cada departamento, considerando suas atividades e demandas operacionais específicas.

Nesse levantamento, levamos em conta não apenas a quantidade de equipamentos necessários, mas também a qualidade e a eficiência desses produtos no desenvolvimento das atividades. Nosso objetivo foi garantir que os equipamentos adquiridos atendessem às necessidades de cada setor, proporcionando um ambiente de trabalho mais produtivo e eficiente

Além disso, também consideramos a importância de reduzir custos em manutenção e garantir a segurança da informação. Portanto, optamos por equipamentos de boa qualidade, que oferecem maior durabilidade e menor necessidade de manutenção, além de recursos de segurança para proteger os dados da organização.

Dessa forma, as quantidades de equipamentos de informática foram estipuladas de forma a proporcionar um ambiente de trabalho mais eficiente, produtivo e seguro para todos os colaboradores, contribuindo para o sucesso das atividades desenvolvidas em cada departamento.

Planilha

ITEM	PRODUTO	UNID.	QTD.
1	<u>CAIXA DE SOM PARA COMPUTADOR</u> <i>Especificações:</i> Alimentação: USB Conector de áudio: P2 3.5mm Tipo de som: Estéreo Controle de volume: sim Potência mínima: 3W RMS Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	49
2	<u>COMPUTADOR – CPU</u> <i>Especificações:</i> Placa mãe: onboard, compatível com o processador, com capacidade mínima de 2 slots de memória RAM DDR4; porta RJ45 100/1000 Mb/s, padrão Ethernet; Conexão para vídeo HDMI; Conexão para Vídeo VGA; Portas USB traseiras: 4, portas USB frontais: 2, contendo, no mínimo, 2 (duas) portas USB 3.0 ou superior, Chipset Z390, USB-C. Não serão aceitos hubs USB. Processador: x64 de no mínimo 6 núcleos (6 cores) e número mínimo de threads 6. Frequência mínima baseada em processador de 3.1GHz e cache de no mínimo 6MB (com dissipador e cooler adequados). Com gráficos integrados ao processador. Sobre marcas/modelos de referência, similar ou superior ao processador Intel i5 -	UNIDADE	41



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	9400 e AMD Ryzen 5 5600 G. Memória RAM: 8GB do tipo DDR4 ou superior, com frequência mínima de 2666 MHz. Armazenamento: uma unidade <u>SSD 512GB</u> ou superior Unidade DVD-RW: interno ao gabinete com leitura e escrita de 8x DVD e 60x CD. Fonte de Alimentação: bivolt automático, com capacidade para suportar a máxima configuração do item ofertado. Gabinete: padrão horizontal; possuir botão liga/desliga; possuir indicadores liga/desliga na parte frontal; possuir saída para áudio. Sistema Operacional: Windows 11 Pro, versão de 64 bits; em português do Brasil; possuir licença original; Sistema Operacional instalado na unidade de armazenamento SSD. Garantia Mínima: 60 meses		
3	FILTRO DE LINHA Especificações: Comprimento Cabo de Força: 1 metro Tensão Nominal: 100 ~ 240Vac(BivoltAutomático) Corrente Máxima: 10A Potência Máxima de Operação: 1270W (127V) e 2.200 (220 V) Frequência de rede elétrica: 50 ou 60Hz Conexão de Entrada: Plugue 2P + T (NBR 14136) 10A Quantidade de Tomadas: 5 tomadas 2P + t (NBR 14136) 10A Chave Liga/Desliga: Chave inteligente com indicador luminoso de funcionamento Tecnologias de Proteção: Varistor contra surtos de tensão; Chave inteligente tipo disjuntor (circuit breaker); Proteção contra curto-circuito e sobrecarga Máxima absorção de Energia: 125Jaules Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	47
4	<u>FONTE DE ALIMENTAÇÃO</u> Especificações: Conectores: 1x Conector de 20+4 Pinos (com rede) 1x Conector Auxiliar ATX 12V (4+4) 2x Conectores PCIE (6+2) 4xConectores SATA 2x Conectores Molex (IDE) Tensão de Entrada: seleção automática entre 115V/230V Tensão de Saída: Saída + 3.3V: 8ª Saída + 5V: 9ª Saída + 12V: 34.5ª Saída - 12V: 0.5ª Saída - 5VSB: 2A Potência Total: 400W bronzeou superior PFC (Correção de Fator de Potência): Ativo Certificação de Eficiência: 80 Plus Bronze Incluso: Cabo de Força Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	4
5	<u>IMPRESSORA LASER – GRANDE PORTE</u> Especificações: Velocidade de Impressão (A4): 42/40 ppm (pagina por minutos). Resolução de impressão (Preto): 1.200 x 1.200 dpi (pontos de polegadas). Tecnologia de impressão: Laser Eletrofotográfico. Processador: Mínimo 800MHz Principais Funções: Impressão, digitalização, cópia. Número de Cartuchos de impressão: 1 preto e 1 colorido Capacidade de Papel na Bandeja: Mínimo de 250 folhas. Capacidade de Papel na Bandeja Multiuso: Mínimo de 50 folhas Imprima e copie até 31 páginas por minuto (A4) Impressão Duplex (frente e verso): Sim automático. Impressão: Direta via USB ou Cartão SD Tipo de Digitalização/Tecnologia: Base plana com sensor de imagem por contato. Resolução da Digitalização: Hardware: 19200 x 19200 dpi / Óptica: Até 1200 x 1200 dpi. Ampliação e Redução: 400% - 25%	UNIDADE	6



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	<p>Formatos dos Arquivos Digitalizados: PDF, JPG, TIFF, PNG, BMP, TXT, DOCX, XML, PPTX, XPS.</p> <p>Modos de Entrada para Digitalização: Cópia no painel frontal.</p> <p>Resolução de Cópia (Preto): 1200 x 600 dpi.</p> <p>Cópias: Múltiplas</p> <p>Tamanho do Papel: A4 210 x 297 mm, A5 148 x 210 mm, A6 105 x 148 mm, B5 182 x 257 mm, Carta 215 x 279 mm, Envelope, Executivo 184 x 266 mm, Ofício 216 x 356 mm</p> <p>Tamanho da Digitalização Base Plana: Carta.</p> <p>Dimensionamento da Copiadora: 25 até 400%.</p> <p>Conectividade: Ethernet, Hi-Speed USB 2.0, Wi-Fi</p> <p>Capacidade de Impressão Móvel: Aplicativos móveis; Impressão via Wi-Fi Direct.</p> <p>Memória: Mínimo de 256 MB.</p> <p>Ciclo de Trabalho: Mensalmente, A4: Até 50.000 páginas no mínimo</p> <p>Painel de Controle: Tela Touchscreen colorido; Tamanho Mínimo: 3,7 polegadas.</p> <p>Sistemas Operacionais Compatíveis: Windows: 7, 8, 10, 11 (32/64 bits), Mac OS, Linux.</p> <p>Alimentação: Tensão de entrada de 110 volts: 110 a 127 VCA, 50/60 Hz;</p> <p>Garantia Mínima: 60 meses</p>		
6	<p>IMPRESSORA A LASER – PEQUENO PORTE</p> <p>Especificações:</p> <p>Tipo de Impressora: Monocromática</p> <p>Alimentador Automático de Documentos: Mínimo 35 páginas</p> <p>Capacidade da Bandeja: Mínimo de 250 folhas</p> <p>Conectividade: Rede sem fio e Ethernet, permitindo impressões a partir de dispositivos móveis</p> <p>Resolução de Impressões: Mínimo 2400 x 600 dpi</p> <p>Conexão: USB 2.0.</p> <p>Funções: Impressão frente e verso automático</p> <p>Resolução de Cópia: Mínimo de 600 x 600 dpi ou superior</p> <p>Velocidade máxima de impressão em preto: 30ppm</p> <p>Ciclo de Trabalho Mensal: Mínimo de 10.000 páginas.</p> <p>Funções de Ampliação e Redução: Mínimo de 25% máximo de 400%</p> <p>Tamanho do vidro de Exposição: A4 ou superior</p> <p>Scanner Integrado: Com mesa plana e alimentador automático de documentos (ADF)</p> <p>Formatos de Arquivos suportados: TIFF, BMP, JPG, PDF, PNG, XPS ou mais</p> <p>Resolução de digitalização interpolada: 19200 x 19200 dpi ou superior</p> <p>Resolução de digitalização óptica: 600 x 2400 dpi ou superior</p> <p>Resolução óptica do scanner: Mínimo de 600 x 2400 dpi ou superior</p> <p>Ferramenta para envio do Arquivo Digitalizados: Email, Imagem, OCR, Arquivo</p> <p>Visor LCD: 2 linhas ou superior</p> <p>Voltagem: 110 volts</p> <p>Sistemas Operacionais compatíveis: Windows 10/11, MAC</p> <p>Garantia Mínima: 12 meses</p>	UNIDADE	19
7	<p>IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL COLORIDA</p> <p>Especificações</p> <p>Modelo: Multifuncional Colorida com Tanque de Tinta.</p> <p>Tecnologia de Impressão: Jato de tinta 4 cores (CMYK)</p> <p>Portas: USB de Alta Velocidade 2.0 e Cartão de memória (SD/SDHC/SDXC, MiniSD, MicroSDHC, MicroSDXC).</p> <p>Tipo de Display: LCD colorido.</p> <p>Recurso sem Conexão: Wireless 802.11 b/g/n6, Wi-Fi Direct.</p> <p>Configurações de Redução/Ampliação de Cópias: 25 a 400%</p> <p>Velocidade de Impressão: Preto 33 ppm e em cores 15 ppm</p> <p>Tipo de Impressão: Frente e Verso automático</p> <p>Tipo de Fonte de Alimentação: Bivolt (110v, 220v).</p> <p>Serviço de Impressão Móvel: Impressão Wireless Direct; aplicativos móveis (IOS, Android), Remote Print Driver. Outros: Apple Air Print, Google Cloud Print.</p> <p>Resolução de Impressão: Até 5760 x 1440 dpi de resolução otimizada em vários tipos de papel.</p> <p>Ciclo de Trabalho Mensal: 1 garrafa com tinta Preta: Rende até 7.500 páginas 1 / 3 garrafas coloridas (Ciano, Magenta, Amarela): Rendematé 6.000 páginas.</p> <p>Resolução de Digitalização (Hardware): 1200 x 2400 dpi.</p> <p>Tamanho Mínimo de Gotícula de Tinta: 3pico litros.</p> <p>Copiadora: Colorido, Preto/Branco, rascunho/padrão.</p> <p>Garantia Mínima: 12 meses</p>	UNIDADE	5
8	<p>MONITOR</p>	UNIDADE	71



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	<p>Especificações: Tipo de Monitor: LED Cor: Preto Widescreen: Full HD Alimentação: Bivolt automático Tamanho da tela: 24 polegadas ou superior Curvatura da tela: Plano Tamanho da tela ativa (HxV): 527.04 x 296.46 mm ou superior Proporção de Tela: 16:9 ou superior Tipo de Painel: IPS Brilho: Típico: 250 cd/ Mínimo: 200 cd/ Contraste Estático: 1,000:1(típico.) HDR (High Dynamic Range): HDR10 Resolução: 1,920 x 1,080 pixels ou superior Tempo de Resposta: 14ms ou superior Ângulo de Visão (Horizontal / Vertical): 178°(H)/178°(V) Suporte de Cores: até 16.7 milhões de cores Taxa de atualização máxima: 144 Hz Características gerais: Eye Saver Mode: Sim Flicker Free: Sim HDMI-CEC: Sim Auto Source Switch: Sim Adaptive Picture: Sim Widescreen: Sim Acessórios inclusos: Devem acompanhar o equipamento todos os cabos e conectores necessários para seu perfeito funcionamento. Garantia Mínima: 12 meses</p>		
9	<p><u>MOUSE COM FIO</u> Especificações: Conexão: USB; Tipo: Óptico; Comprimento do cabo: 180 cm ou superior Especificações técnicas Tecnologia do sensor: Rastreamento óptico DPI (mín. /máx.): 1.000± Botões: Número de botões: 3 (clique esquerdo/direito, clique no botão do meio) Rolagem: Rolagem linha a linha, Roda de rolagem óptica. Cor: Preto Garantia Mínima: 12 meses</p>	UNIDADE	46
10	<p><u>NOTEBOOK</u> Especificações: Processador: marcas/modelos de referência: similar ou superior ao Intel Core i5 de 12ª geração, com núcleos de eficiência de 3,30 GHz e núcleos de desempenho de 4,40 GHz ou superior. Possuir 10 núcleos, sendo 2 de Performance-cores e 8 Efficient-cores, total de 12 threads. Cache 12 MB Intel® Smart Cache. Potência básica do processador 15 W e energia turbo máxima 55 W. Sistema Operacional: Windows 11 Pro Single Language 64 Português Memória: 8GB ou superior, com capacidade mínima de 2 slots de memória RAM DDR4-3200MHz Armazenamento: SSD de 512GB PCIe NVMe M.2 ou superior. Tela: 15,6" FULL HD (1366 x 768), TN, antirreflexo, sem toque, 45% NTSC, 220 nits, 60 Hz ou superior Alimentação: 65W Dispositivo Apontador: Touchpad Teclado: Pro padrão ABNT com teclado numérico - Português (BR) Conectividade: Wi-Fi, Wi-Fi 5, 802.11 2x2 AC & Bluetooth® 5.1 ou superior Chipset: Integrado com o processador Cor: Grafite, preto ou cinza Webcam: Webcam widescreen FHD (1080p) integrada com dois microfones digitais Áudio: Alto-falantes estéreo duplos e fones de ouvido Garantia mínima: 60 meses.</p>	UNIDADE	11
11	<p><u>PROJETOR</u></p>	UNIDADE	4



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	<p>Especificações: Data Show: 3800 Lumens FULL HD 1080P HDM VGA Sistema Projetor: Lâmpadas LED, Paineis de LCD de 5,8 polegadas Resolução: Negativa 1920*1080 Suporta 1080P ou superior Relação de Contraste 2000:1 Cor: Cor Cheia (16,7 milhões) Proporção da Tela: 16:9 E 4:3 Lâmpadas de Energia: LED 180W, 20.000 horas de vida ou superior Giro Imagem: 360 graus Tamanho da Imagem: 50 polegadas até 180 polegadas Tipo de Lente: Foco Manual Interface de Entrada: USB-C / 2 HDMI / 2 USB / AV / VGH / YPBPR Incluir Acessórios: Suporte e acessórios de instalação. Garantia Mínima: 12 meses</p>		
12	<p><u>PROJETOR LASER - AMBIENTE INTERNO AMPLO</u></p> <p>Especificações: Tecnologia: Tipo de Projeção: Fósforo a laser de 3ª geração Vida útil da fonte de Luz: até 30.000 horas Performance: Brilho: 5.000 Lumens ANSI ou superior Resolução: 1080p (FullHD) ou superior Capacidade de Projeção: Tamanho da Tela: 300 (Polegadas) diagonal ou superior Design: Compacto Flexibilidade de instalação: Zoom Óptico: 1,3x Keystone: Correção Horizontal e Vertical (H/V) Projeção: Capacidade de projeção em 360° e modo retrato Sistema de Projeção: Tipo: 0.65" 1080p ou superior Resolução nativa: 1920x1080 (Full HD) ou superior Brilho: 5000 ANSI Lumens ou superior Brilho (Lumens centrais): 5500 Relação de contraste: 3000000:1 Cor da tela: 1,07 bilhão de cores Fonte de Luz: Tipo: Laser Fósforo Vida útil (modo normal): 20.000 horas ou superior Vida útil (modo SuperEco): 30000 horas ou superior Óptica: Lente: F = 2,43-2,78, f = 16,90-21,61 milímetros Deslocamento de projeção: 132%+/-10% Relação de lançamento: 1,13-1,47 Zoom óptico: 1,3X Zoom digital: 0,8x-2,0x Capacidade da Projeção: Tamanho da imagem: 30"-300" ou superior Distância de lançamento: 0,75-9,76m (100" @ 2,50m) Correção Keystone: Horizontal: +/-30° Vertical: +/-30° Áudio: Alto falante: no mínimo 15W Entrada e Saída: Entrada HDMI: 2 (HDMI 1.4 / HDCP 1.4) Saída de áudio (3,5 mm): 1 USB Tipo A (alimentação): 1 (5V/1,5A) Controle RS232 (DB 9-pin macho): 1 USB Tipo A (Serviços): 1 (compartilhado com saída USB A) Atraso de entrada: 49.5ms Compatibilidade: Resolução Suporte: VGA (640 x 480) para WUXGA RB (1920 x 1200) *RB-Reduced Blanking Compatibilidade HDTV: 480i, 480p, 576i, 576p, 720p, 1080i, 1080p Frequência horizontal: 15K-102KHz Taxa de varredura vertical: 24-120Hz</p>	UNIDADE	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	<p>Energia: Tensão de alimentação: Adaptador de alimentação: (Entrada: 100 ~ 240V e Saída: 19.5VDC / 11.79^a)</p> <p>Idioma: Português</p> <p>Acessórios Padrão: Cabo de alimentação: 1 Controle remoto: 1 Guia Rápido de Início (QSG): Sim</p> <p>Incluir Acessórios: Suporte e acessórios para instalação para montagem em parede ou teto.</p> <p>Garantia Mínima: 60 meses</p>		
13	<p><u>ROTEADOR</u></p> <p>Especificações: Roteador Wireless kit com 3 unidades de roteador.</p> <p>Sistema Mesh WiFi: Cobertura: Sistema Mesh que proporciona cobertura WiFi em todo o ambiente, eliminando pontos mortos. Área de Cobertura: Os três dispositivos devem cobrir, no mínimo, uma área de 500m².</p> <p>Desempenho Wireless: Banda 2.4 GHz: Mínimo de 400 Mbps. Banda 5 GHz: Mínimo de 867Mbps. Resumo MU-MIMO: Permite que os roteadores enviem e recebam dados de vários dispositivos simultaneamente, melhorando a eficiência da rede. Seleção de Rota Automática: Otimiza o caminho dos dados pela rede. AP Direção: Melhora a gestão e performance do ponto de acesso. Direção de Banda Larga: Distribui os dispositivos automaticamente entre as bandas 2.4 GHz e 5 GHz para melhor desempenho. Tecnologia Beamforming: Focaliza o sinal WiFi em dispositivos específicos, melhorando alcance e estabilidade.</p> <p>Hardware: Antenas: Cada dispositivo deve possuir no mínimo 4 antenas internas ou superiores. 2 portas Gigabit Ethernet ou superior e 1 porta USB Tipo-C Compatibilidade: Suporte ao protocolo IPv6. Tecnologia Bluetooth: Bluetooth 4.2 (ou superior) integrado ao dispositivo.</p> <p>Garantia: Mínima de 12 meses</p>	UNIDADE	7
14	<p><u>SCANNER</u></p> <p>Especificações Tecnologia: Color Charged-Coupled Device (CCD) Fonte de Luz: LED (Light Emitting Diode) Modo de Alimentação: ADF Resolução Ótica: 600 dpi Resolução de Saída: 72 ~ 1200 dpi Formato de Arquivo: BMP, PNG, GIF, JPEG, Single-Page PDF, Multi-Page PDF, Multi-TIFF, TIFF, RTF, TXT, OCR (for iScan only), XPS, DOC, XLS, PPT, DOCS, XLSX, PPTX, HTML Halftone Patterns: Dither and Error Diffusion Modo Tons de Cinza: 16-bit input 8-bit output Modo Colorido: 48-bit input 24-bit output Memória: 128MB SDRAM ou superior Dimensões (LxPxA) máximo: 316 x 680 x 239 mm Mínimo: 316 x 191 x 168 mm Interface: USB 2.0, (Compatível com USB 3.0) Fonte de Alimentação: Input: 100~240 VAC, 50/60 Hz Output: 24V, 2^a Consumo de Energia: Em operação : < 24 W Pronto para uso < 7.5 W Modo de espera < 2.5 W Desligado < 0.32 W Ruído Acústico em operação: Em operação < 55 dB Standby < 45 dB Ciclo Diário recomendado: até 6.000 folhas até 10.000 folhas Sistemas Operacionais: Windows Server, XP, Vista, Win 7, Win 8, Win 10 (32 & 64 bit), Win 8.X, Linux*, MAC* Software Incluso: TWAIN Driver, ISIS Driver, Button Manager, PaperPort, AVScan, WIA Driver Sensor Ultrassônico: Sim Documentos Longo: até 3 metros Digitalização de Cartões Rígidos: Cartão com relevo (espessura de até 1.25mm) ADF Mínimo: 50 x 50mm</p>	UNIDADE	5



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

	ADF Máximo: 216 x 356 mm (Legal)(8.5 x 14 in.) Capacidade do ADF: 100 folhas (A4 : 80 g/m² or 16 lb.) Gramatura do Papel: 27g ~ 413 g/m² (7 to 110 lb) Velocidade (PB@200dpi, A4): Simplex : 60 ppm Duplex :120 ipm Velocidade (PB@200dpi, A4): Simplex : 40 ppm Duplex : 80 ipm Velocidade (Colorido@200dpi, A4): <u>Simplex : 60 ppm</u> <u>Duplex : 120 ipm</u> Velocidade (Colorido@300dpi, A4): Simplex : 40 ppm Duplex : 80 ipm Garantia Mínima: 60 meses		
15	SSD Especificações: SSD 480gb ou superior com leitura mínima de 500mbs e gravação mínima de 450mbs Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	3
16	SSD Especificações: SSD M2 PCI-e Nvme; Forma: m.2, 2280; capacidade de 2TB, tipo de interface: NVMe PCIe Ger 3.0x4 ou superior, leitura 3.000 MB/s ou superior; Gravação: 2200 ou superior. Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	2
17	SUPORTE PARA NOTEBOOK Especificações: Suporte para notebook ergonômico ajustável, em alumínio, para telas 24 polegadas ou superior, nas conformidades com a NR 17, com base antiderrapante. Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	11
18	SWITCH 24 PORTAS GIGABIT Especificações: Características L2: Prevenção de Loop IGMP Snooping Link Aggregation Espelhamento de Porta Diagnósticos de Cabo Padrões e Protocolos: IEEE 802.3, IEEE 802.3u, IEEE 802.3ab, IEEE 802.3x, IEEE 802.1q, IEEE 802.1p Interface: 24 Portas 10/100/1000Mbps RJ45 (Autonegociação/Auto MDI/MDIX) Mídia de Rede: 10BASE-T: UTP categoria 3, 4, 5 cabos (máximo 100m), EIA/TIA-568 100 STP (máximo 100m) 100BASE-TX: UTP categoria 5, 5e cabo (máximo 100m), EIA/TIA-568 100 STP (máximo 100m) 1000BASE-T: UTP categoria 5, 5e, 6 ou cabos anteriores (máximo 100m), EIA/TIA-568 100 STP (máximo 100m) Fonte de Alimentação: 100~240VAC, 50/60Hz Consumo de Energia: Máximo: 14.86W (220V/50Hz) Consumo máximo de energia: 15.56W (220V/50Hz) Dimensões (L X C X A): 11.6*7.1*1.7 pol. (294*180*44 mm) Montagem: Montável em Rack Dissipação de calor máxima: 50.06 BTU/h Desempenho: Capacidade de Comutação: 48Gbps Taxa de Encaminhamento de Pacotes: 35.7Mpps Tabela de Endereços MAC: 8K Memória de Buffer de Pacote: 512KB Jumbo Frame: 9KB Características de Software: QoS: Suporta porta baseada em prioridade 802.1p, Suporta 4 filas de prioridades, Limite de Taxa, StormControl VLAN Suporta até 128 VLANs simultaneamente (4K IDs de VLAN) MTU/Port/Tag VLAN	UNIDADE	5



	Método de Transmissão: Store-and-Forward Garantia Mínima: 12 meses		
19	<u>SWITCH 8 PORTAS</u> Especificações: 10 /100/1000 Mbps Chipset RTL8370N Padrões Suportados: IEEE802.3 – 10BASE-T IEEE802.3u – 100BASE-TX IEEE802.3ab – 1000BASE-T IEEE802.3x – Flow Control IEEE802.1p – Priority Queueing (QoS) IEEE802.3az – Energy Efficient Ethernet Portas: 8 portas RJ45 10/100/1000 Mbps com autonegociação Suporte auto MDI/MDI-X Detecção automática do padrão do cabo (normal/crossover) Cabeamento Suportado: 10BASE-T – Cabo UTP categoria 3, 4 e 5 (máximo 100 m) EIA/TIA-568 100 STP 100BASE-TX – Cabo UTP categoria 5, 5e (máximo 100 m) EIA/TIA-568 100 STP 1000 BASE-T – UTP categoria do cabo 5e, 6 (máximo 100 m) LEDs indicadores: 8 indicadores Link/Act 1 indicador Power Método de Transferência: armazena e envia (Store-and-Forward) Sem vlan Tabela de endereço: MAC 4K Taxa de encaminhamento: 10 Mbps: 14880 PPS 100 Mbps: 148800 PPS 1000 Mbps: 1488000 PPS Backplane: 16 Gbps Buffer de Memória: 192 kB QoS (Qualidade de Serviço) Priorização IEEE802.1p Quatro filas de prioridade por porta Algoritmo de fila: WFQ Fonte de Alimentação: Entrada: 100-240 Vac / 50-60 Hz Saída: 12 Vdc / 1 A Certificações: Anatel Garantia Mínima: 12 meses	UNIDADE	5
20	<u>TECLADO COM FIO</u> Especificações: Conexão: USB; Layout: Padrão ABNT2; Comprimento do cabo: 150 cm Design resistente a derramamentos: Testado em condições limitadas (máximo derramamento de líquido de 60 ml). Teclado numérico de 10 teclas Luz indicadora da tecla Caps Lock Luz indicadora da tecla Num Lock Durabilidade: Até 10 milhões de toques de tecla (exclui a tecla de bloqueio numérico) Tipo de tecla: Perfil profundo Cor: Preto Garantia mínima: 12 meses	UNIDADE	46



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

Para fins de orçamentação e análise de vantajosidade da solução, serão priorizados os parâmetros: pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo e pesquisas com fornecedores. Também será realizada análise dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexecutáveis ou excessivamente elevados.

Os produtos constantes deste processo possuem características que os qualificam como comuns, por poderem ser definidos conforme especificações usuais de mercado, conforme inciso XIII do art. 6, da Lei Federal nº 14.133/2021. Além disso, são comercializados usualmente no mercado por uma grande gama de fornecedores, entre distribuidores e comerciantes, não havendo, portanto, restrições de mercado, sendo plenamente possível ampla disputa na busca pelo menor preço.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Serão utilizados como metodologia para obtenção do preço e referência para a abertura de licitação, a média de valor obtido na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços oriundos de um ou mais parâmetros adotados neste caso, desconsiderados os valores inexecutáveis e os excessivamente elevados.

A estimativa de valor total da contratação é de R\$ **511.884,89**, com base na quantidade dos equipamentos, multiplicado pelo valor médio constatado na pesquisa de preços realizada.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Levando em consideração o levantamento de mercado, que indica que os produtos são itens de bem comum e facilmente encontrados, a solução escolhida e a ser adotada pelas Secretaria da Administração Pública do Município de Prado Ferreira, é a contratação de empresa para fornecer o produto desejado, através da realização de processo licitatório na modalidade de Registro de Preço, devendo a contratada atender ao descrito no Termo de Referência

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Os parcelamentos na aquisição de equipamentos de informática, para todas as Secretarias da Administração Pública do Município de Prado Ferreira, apresentam uma série de vantagens significativas. Isso inclui a diversificação de opções disponíveis, preços mais competitivos, redução de riscos, acesso a tecnologias específicas, garantia de qualidade e suporte adequado.

Além disso, possibilita uma resposta mais eficiente às necessidades específicas de cada departamento, o que, por sua vez, contribui para a vantajosidade do certame.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se contratar os itens descritos nesta licitação com o melhor preço, com qualidade que atenda a especificação, correspondendo às necessidades da unidade requisitante. Os Departamentos almejam, com a futura contratação, além de obter a proposta mais vantajosa, que a empresa cumpra fielmente, com todas as exigências constantes no edital, com a entrega total do objeto solicitado e no prazo determinado, sem atraso.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não existem contratações em andamento que venham fazer correlação ou dependência com o objeto pretendido.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, verifica-se a necessidade de se exigir dos possíveis licitantes ao atendimento a exigências da Lei Federal 12.305/10, especialmente no que diz respeito aos objetivos do Art 7º. No mais, o Termo de Referência trará exigências específicas práticas sustentáveis.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante da fundamentação exposta neste documento, esta equipe de planejamento declara viável esta contratação. Este Estudo Técnico Preliminar evidencia a necessidade da contratação da solução para aquisição de equipamentos de informática, para todas as Secretaria da Administração Pública do Município de Prado Ferreira, garantindo uma infraestrutura tecnológica adequada e eficiente para o desempenho das atividades diárias. A modernização dos equipamentos de informática é essencial para otimizar os processos administrativos, aumentar a produtividade dos servidores e proporcionar um atendimento de qualidade à população.

Ressaltamos que a contratação se mostra viável tecnicamente e necessária. Os materiais a serem adquiridos, enquadrados como comuns, de acordo com a legislação vigente, podem ser licitados por meio da modalidade Pregão eletrônico e julgamento por Menor Preço.

14 – RESPONSÁVEIS

Miliane Faxina Higuchi

Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar

Antônio Carlos Dias Salvador

Secretário de Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV - MINUTADAATADE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

O Município de Prefeitura de Prado Ferreira, com sede na Rua São Paulo, 191, Centro, na cidade de Prado Ferreira, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.136/0001-30, neste ato representada pela prefeita Maria Edna Andrade, inscrita no CPF nº 606.242.059-91; considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA** especificados nos itens dos Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (Se exigida no edital)	Modelo (Se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Município de Prado Ferreira.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. Deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em valor inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.



7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, diante da não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, e deverá adotar as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gestor de contrato a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações de órgãos ou entidades participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (...) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro de Reserva



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)</i>							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

EDITAL DE PREGÃO Nº 10/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes)

(papel timbrado da licitante)

A empresa estabelecida no (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº 10/2024 em epígrafe que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA**, conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	UNIDADE	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL

Valor total: R\$...

A validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de Pregão Eletrônico.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Prazo máximo de execução dos serviços será de acordo com o ANEXO I do edital.

Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

....., de 2024.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

EDITAL DE PREGÃO Nº 10/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2024

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (papel timbrado da licitante)

Ao pregoeiro e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira/PR
Pregão Eletrônico nº 10/2024

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado:

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade com o inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, fato impeditivo.
- 2) Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 4) Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 5) Comprometo-me a manter durante a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 6) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., cuja função/cargo é(sócio/administrador/procurador/diretor/etc.) **responsável pela assinatura do contrato.**
- 7) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (043) 3244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

E-mail:

Telefone: ()

8) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto à Divisão de Licitação e Contratos deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

9) Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **contrato**, referente ao Pregão Eletrônico nº 10/2024 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no contrato.

....., de 2024.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)